



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA**  
**COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**LUANA DE SOUZA E SOUZA**

**UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS**  
**NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM NO PERÍODO DE 2000-2010**

**PARINTINS/AM**

**2023**

**LUANA DE SOUZA E SOUZA**

**UM ESTUDO SOBRE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS  
NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM NO PERÍODO DE 2000-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. William de Souza Barreto.

**PARINTINS/AM**

**2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729i Souza, Luana de Souza e  
Um estudo sobre evolução dos indicadores socioeconômicos no município de Parintins/AM no período de 2000-2010 / Luana de Souza e Souza . 2023  
63 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: William de Souza Barreto  
TCC de Graduação (Administração - Parintins) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Indicadores socioeconômicos . 2. Qualidade de vida. 3. Desenvolvimento. 4. Idhm. 5. Parintins. I. Barreto, William de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**LUANA DE SOUZA E SOUZA**

**UM ESTUDO SOBRE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS  
NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM NO PERÍODO DE 2000-2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. William de Souza Barreto.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Presidente: Professor Doutor William de Souza Barreto – Orientador/Professor,  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Membro: Professora Doutora Edna Aniceto de Magalhães Cardoso, Professora da  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

---

Membro: Professor Doutor Cléuber Pimentel Barbosa, Professor da  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Dedico este trabalho à minha família, que sempre estiveram me apoiando e incentivando para continuar e alcançar meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ser o meu Deus, que está acima de tudo e de todos e me concedeu gratuitamente as condições para viver cada dia debaixo da sua graça e superar cada tribulação;

Agradeço a minha mãe, Leticia de Souza e Souza, presente que Deus me deu, batalhadora e perseverante que me aconselhou, cuidou, amparou e motivou em todos os momentos da minha vida e dessa caminhada acadêmica, sempre orando e pedindo a Deus o auxílio necessário que eu preciso;

Agradeço ao meu namorado, Janerson Nunes Ferreira que se alegrou verdadeiramente em todas as minhas conquistas e com o meu acesso à universidade e sempre passou a segurança e alegria, fazendo-me sempre lembrar da sua amável, e agradável presença;

Ao meu orientador, William Barreto de Souza, estendo a minha gratidão por ter aceitado o meu pedido de ser seu orientando e por ter compartilhado seu conhecimento através da orientação;

Aos professores do curso de administração, gratidão pela transmissão de conhecimentos;

Aos colegas minha gratidão fraterna, e todos os que direta e indiretamente contribuíram com meu progresso.

*Por que o Senhor dá a sabedoria: da sua boca vem o conhecimento e o entendimento.*

*(Provérbio cap.2.6)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender sobre desenvolvimento do município de Parintins/AM, a partir dos indicadores socioeconômicos conforme os censos demográficos de 2000 e 2010. Os indicadores socioeconômicos em questão foram: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas dimensões: saúde, educação e renda, e o Índice de Gini. Este período foi escolhido por ser o mais atual, pois utiliza dados oficiais dos dois últimos censos demográficos que foram coletados do acervo digital do órgão oficial do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). O estudo apresenta um referencial teórico que tratar de diferentes perspectivas de desenvolvimento para adentrar na discussão sobre qualidade de vida, permitindo uma leitura mais lúcida dos dados; além de expor a metodologia dos indicadores socioeconômicos. Portanto, análise dos dados coletados foi realizada por meio do Programa cartográfico/estatístico Philcarto com criação de mapas temáticos. O parâmetro de comparação é o Estado do Amazonas, ou seja, os resultados dos índices dos indicadores municipais são comparados com o seu respectivo índice estadual. O estudo apresentou que município de Parintins teve uma evolução significativa no seu IDHM, e principalmente na dimensão Educação que registrou um crescimento superior ao do Estado. Em relação índice Gini a desigualdade renda ainda é muito expressiva no município, e principalmente, no Estado do Amazonas. Ainda que se tenha percebido uma relativa melhora no índice de Gini de Parintins, porém, ainda não é suficiente para se tornar um município mais igualitário.

**Palavras-chaves:** Indicadores Socioeconômicos; Qualidade de Vida; Desenvolvimento; Idhm; Parintins.



## ABSTRACT

This study aims to understand the development of the municipality of Parintins/AM, based on social indicators according to the demographic censuses of 2000 and 2010. The social indicators in question were: Human Development Index (MHDI) and its dimensions: health, education and income, and the Gini Index. This period was chosen because it is the most current, because it uses official data from the last two demographic censuses that were collected from the digital collection of the official body: the United Nations Development Program (UNDP). The study presents a theoretical framework that deal with different perspectives of development to enter the discussion about quality of life, allowing a more lucid reading of the data; in addition to exposing the methodology of social indicators. Therefore, analysis of the collected data was performed through the Philcarto Program with the creation of thematic maps. In relation to the comparison is the State of Amazonas, that is, the results of the indexes of municipal indicators are compared with their respective state index. The study showed that the municipality of Parintins had a significant evolution in its MHDI, and especially in its dimensions, including the Education factor that recorded a higher growth than that of the State. Regarding gini index income inequality is still very significant in the municipality, and especially in the State of Amazonas. Although there has been a relative improvement in the Gini de Parintins index, however, it is still not enough to become a more egalitarian municipality.

**Palavras-chaves:** Socioeconomic Indicators; Quality of Life; Development; Mhdi; Parintins.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	22
Figura 2: Faixa do índice de Desenvolvimento Humano.....	26
Figura 3: Curva de Lorenz .....	27
Figura 4: Análise do IDH dos Estados Brasileiros do ano 2000.....	33
Figura 5: Análise do IDH dos Estados Brasileiros do ano 2010.....	34
Figura 6: Análise do IDH Saúde dos Estados Brasileiros no ano de 2000 .....	36
Figura 7: Análise do IDH Saúde dos Estados Brasileiros no ano de 2010 .....	37
Figura 8: Análise do IDH Educação dos Estados Brasileiros no ano de 2000.....	38
Figura 9: Análise do IDH Educação dos Estados Brasileiros no ano de 2010.....	39
Figura 10: Análise do IDH Renda dos Estados Brasileiros no ano de 2000.....	40
Figura 11: Análise do IDH Renda dos estados brasileiros no ano de 2010 .....	41
Figura 12: Análise do IDHM dos Municípios do Amazonas no ano 2000.....	43
Figura 13: Análise do IDHM dos Municípios do Amazonas no ano 2010.....	44
Figura 14: Análise do IDHM Saúde dos municípios do Amazonas no ano 2000.....	45
Figura 15: Análise do IDHM Saúde dos municípios do Amazonas no ano 2010.....	46
Figura 16: Análise do IDHM Educação dos municípios do Amazonas no ano 2000.....	47
Figura 17: Análise do IDHM Educação dos municípios do Amazonas no ano 2010.....	48
Figura 18: Análise do IDHM Renda dos municípios do Amazonas no ano 2000 .....	49
Figura 19: Análise do IDHM Renda dos municípios do Amazonas no ano 2010 .....	50
Figura 20: Análise do índice de Gini dos Estados brasileiros no ano 2000.....	52
Figura 21: Análise do índice de Gini dos Estados Brasileiros no ano 2010 .....	53
Figura 22: Análise do índice de Gini dos Municípios do Amazonas no ano 2000.....	54
Figura 23: Análise do índice de Gini dos municípios do Amazonas no ano 2010. ....	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FIB - Felicidade Interna Bruta

FJP - Fundação de João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IUCN – união internacional para a conservação da natureza

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Crescimento Econômico .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Desenvolvimento Econômico .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).....</b>	<b>20</b>
<b>2.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....</b>	<b>21</b>
<b>2.6 Desenvolvimento como Liberdade .....</b>	<b>22</b>
<b>2.7 Felicidade Interna Bruta (FIB).....</b>	<b>23</b>
<b>2.8 Indicadores Socioeconômicos e Qualidade de Vida.....</b>	<b>24</b>
2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	25
2.8.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM.....	25
2.8.3 Índice de Gini .....	26
<b>3 Caracterização do Município de Parintins/AM.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Aspectos Históricos .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Aspectos Territoriais .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Aspectos Demográficos.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Aspectos Econômicos.....</b>	<b>30</b>
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Análise do IDH dos Estados Brasileiros no ano 2000-2010.....</b>	<b>32</b>
4.1.1 IDH Saúde, IDH Educação, IDH Renda .....	35
<b>4.2 Análise do IDHM dos Municípios do Amazonas no ano 2000-2010 .....</b>	<b>42</b>
4.2.1 IDHM Saúde, IDHM Educação, IDHM Renda .....	45
<b>4.3 Análise do Índice de Gini no ano 2000-2010 .....</b>	<b>51</b>
4.3.1 Índice de Gini dos Estados Brasileiros.....	51
4.3.2 Índice de Gini dos Municípios do Amazonas .....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As questões qualidade de vida e bem-estar estão em destaque nas discussões sobre desenvolvimento econômico. Uma vez, que é algo almejado por todos os cidadãos, sendo assim, só pode ser alcançado por meio da formulação e implantação de políticas públicas que tem por obrigação organizar a economia de uma nação e fornecer acessos básicos, como: saúde, educação e renda, e assim promover um modo de vida que leve uma condição mais humanitária as classes econômicas de menor renda da população de um determinado país. No entanto, um país com extensão territorial do Brasil apresenta diversas especificidades entre uma região e outra, demonstrando a necessidade de buscar indicadores que possam melhor avaliar cada região, deste modo, com o intuito de determinar os objetivos e as prioridades de cada território ou região.

Esta pesquisa está centrada na análise dos indicadores socioeconômicos disponíveis nos censos demográficos de 2000 e 2010, onde foi possível observar algumas mudanças ocorrida durante esses períodos, com o intuito de caracterizar as condições de vida no município de Parintins-AM. Um meio para alcançar esse objetivo foi analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos, pois eles revelam informações importantes que permitiram avaliar o grau de desenvolvimento socioeconômico da região.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade clara de estudos científicos voltadas nas áreas de desenvolvimento e economia regional no estado do Amazonas. Além disso, constatou-se uma lacuna de pesquisas no que se refere as condições de vida da população de Parintins-AM, pois não se encontrou estudos diretamente relacionados ao objetivo desta pesquisa. Ainda, no aspecto prático, os resultados poderão auxiliar e enriquecer o debate social e acadêmico sobre o município supracitado.

Aliás, esta pesquisa envolve interesses locais, pois como a pesquisadora é residente no município de Parintins, a temática pesquisada se torna mais relevante por aborda informações oficiais que permitirão avaliar o nível de desenvolvimento da região. Vale destacar que esta pesquisa servirá de embasamento no direcionamento das ações de políticas públicas locais, principalmente, para dimensões que necessitam de atenção, com a intenção de ajudar no desenvolvimento da região na tentativa de melhorar as condições de vida bem como o bem-estar dos residentes do município de Parintins-AM.

A questão problema que se buscar responder nesta pesquisa consiste: ocorreu alguma mudança no desenvolvimento do município de Parintins/AM a partir dos indicadores socioeconômicos dos censos demográficos de 2000 e 2010?

Para isso, foram desenvolvidos cinco capítulos com o propósito de responder ao problema. O primeiro introduz os temas principais desta pesquisa, e assim como é discutido o trabalho, e depois é tratado sobre a metodologia, problema e os objetivos. O segundo aborda a revisão da literatura, o qual servirá como base à toda pesquisa. Nele são desenvolvidos tópicos como: Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento como Liberdade, e a visão de desenvolvimento Felicidade Interna Bruta (FIB), por fim é abordada a metodologia dos indicadores socioeconômicos.

No terceiro apresenta uma breve caracterização do município de Parintins, dividido em temas que consideram os aspectos históricos, territoriais, demográficos e econômicos. Já, o quarto capítulo exibe a análise dos dados dos indicadores socioeconômicos, são eles: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice de Gini tendo como destaque central a evolução de 2000 para 2010 no município de Parintins e, respectivamente, no Estado do Amazonas. no último, como o nome diz, acontece as considerações finais sobre a pesquisa. Nele, o resultado, objetivos específicos e geral não são apenas reiterados, mas refletindo e avaliando o que se conseguiu interpretar sobre eles.

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o desenvolvimento do município Parintins-AM, a partir da evolução dos indicadores socioeconômicos conforme os censos demográficos de 2000 e 2010.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sistematizar na literatura que trata sobre os temas desenvolvimento econômico, indicadores socioeconômicos e qualidade de vida;
- Caracterizar o município de Parintins-AM, a partir dos aspectos históricos, territoriais, demográficos, econômicos; e
- Analisar a evolução dos indicadores socioeconômicos no município de Parintins-AM a partir dos censos demográficos 2000 e 2010.

### 1.3 METODOLOGIA

Pela sua natureza, a pesquisa se enquadra como aplicada e, do ponto de vista de seus objetivos, ela se caracteriza por ser descritiva. Quanto a sua abordagem, esta é qualitativa com o uso do método indutivo, o qual conduz o raciocínio indutivo, a generalização deriva de observação de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações (PRODANOV; FREITAS, 2013). Para tanto, o estudo foi desenvolvido baseado em material já elaborado.

Os procedimentos metodológicos estão baseados em pesquisas e coleta de dados em materiais bibliográficos e documentais, e em acervo digital de órgão oficial do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). Que consiste na revisão da literatura relacionada à temática abordada. Para tanto, constituído principalmente de livros, artigos científicos, e demais materiais bibliográficos que se relacionam com o objetivo desta investigação. Para análise e apresentação dos dados coletados, organizou-se a partir do programa Philcarto para elaboração de mapas temáticos.

Segundo Lone (2012) Phicarto é um programa cartográfico de dados estatísticos, para sua utilização é essencial uma base estatística de dados no Excel. E são constituídos com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes e são atribuídos valores a tonalidades de cores, ou seja, é criada uma sequência ordenada de cores que aumentam de intensidade conforme a sequência de valores apresentados nas classes estabelecidas (FRANCA; RIBEIRO; LIMA, 2010). Para isso, foi escolhido o método Q6 para a escolha da quantidade das classes. A classificação do Q6 é de acordo com quartis utilizado duas classes extremas para isolar o contorno da distribuição. As seis classes são definidas com os seguintes limites: mínimo; 5º percentil; 1º quartil; média; 3º quartil; 95º percentil e máximo. Esta classificação permite separar os 5% das unidades espaciais que apresentam os maiores valores, e os 5% que possuem os menores valores (GIRARDI, 2007).

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Segundo Dalpiaz, Pereira e Malassise (2016) no Brasil e na América Latina, as discussões sobre crescimento econômico surgiram na integração de políticas de crescimento econômico por meio da industrialização e substituição de importações financiadas pelo Estado e pelo capital internacional. Ao considerar o alto crescimento econômico de 1950 a 1970 baseado em uma estrutura industrial nacional adequada. Já, na década de 1980, desencadeou uma forte crise econômica, devido à capitalização de muitos recursos financeiros vindo do exterior.

Os autores afirmam que algumas correntes econômicas, por vezes, igualam o crescimento e o desenvolvimento econômico com o mesmo conceito, estabelecendo-se uma confusão entre os dois e, neste ponto da história, acreditava-se que crescimento econômico interligaria ao desenvolvimento de um país, entanto, esta visão se alterou até meados do século XX, quando surgiram as teorias econômicas que apontavam para o crescimento socioeconômico.

Conceitualmente, de acordo com Fernandes (2019), o crescimento econômico é frequentemente utilizado para descrever o desenvolvimento de um país e medir a riqueza gerada por uma determinada economia. Entretanto, é meramente baseado na produção de bens e serviços.

Gremaud (2010) define que o conceito de crescimento econômico esteja ligado ao desenvolvimento econômico, a definição de crescimento aborda a produção de bens que visam atender as necessidades humanas, obviamente, quanto maior a quantidade de bens produzidos, maior a possibilidade de os indivíduos satisfazerem suas vontades. Portanto, quanto maior o Produto Interno Bruto (PIB) do país, maiores as chances de a população desse país viver bem. Quando se fala em PIB, deve-se notar que a definição de PIB per capita, representa a renda aceitável de um país, ou seja, isso não quer dizer que todos os indivíduos daquele país tenham a mesma renda, ou mesmo acesso a bens. De modo geral, há indivíduos com renda maiores, outras menores, porém, várias pessoas com renda menor é um número inferior da renda maior.

De acordo com Souza (2011) destaca que o crescimento econômico distribui a renda diretamente entre os proprietários dos fatores de produção, e automaticamente gera melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento econômico. O autor afirma que o crescimento econômico deve, portanto, superar o crescimento populacional, aumentar o



emprego e a renda do setor público, para que o governo possa utilizar os gastos sociais e priorizar os necessitados.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo Souza (2011) afirma que não existe uma definição universal aceita sobre desenvolvimento, a primeira corrente de economistas, de inspiração teóricas, acreditam que crescimento é sinônimo de desenvolvimento. Mas outra corrente, parte do pressuposto da realidade empírica, entende que o crescimento é condição necessária para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido por causa que cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção disponibilizados, dessa forma, a economia expande abaixo de suas possibilidades.

Segundo Rossetti (2018) mencionar que o fator capital se entende como um conjunto das riquezas acumuladas por determinada sociedade para fins produtivos. Portanto, é com o emprego dessas dimensões de riquezas que a população se tornar equipada para atividades de produção. Além disso, baseados nos conjuntos de riquezas que dá suporte as atividades produtivas que é existente em todas as sociedades economicamente organizadas, independentemente das etapas do desenvolvimento econômico que o país esteja experimentando. O autor afirmar que os fatores de produção estão denominados pelas dádivas da natureza, pela sociedade economicamente mobilizável, pelas distintas categorias de capital, e pelas capacidades tecnológicas e empresarial. São seguintes denominações desses recursos: terra, trabalho, capital, tecnologia e empresarial.

Em contraponto Bresser-Pereira (2007) ressalta que o desenvolvimento econômico de um país ou nação é a acumulação de capital e a conexão do progresso técnico com o trabalho e o capital de modo que a produtividade, os salários, e sobretudo, o padrão de vida médio da população tendem aumentar. Em outra perspectiva ele afirma que o desenvolvimento econômico é um processo histórico de crescimento contínuo da renda ou do valor agregado per capita, que tende a melhorar as condições de vida da sociedade em um determinado Estado-nação.

Com base nesses argumentos, Furtado (2004) explica que na medida que o capital e a população aumentam, produção se torna custosa, e os preços também elevam geralmente. E elevação dos alimentos provocar o aumento dos salários e alta dos salários compreende

como orientação mais ativa do capital para o emprego de máquinas. E o progresso técnico seria um a forma de defesa da classe capitalista em relação ao aumento de salários.

De acordo com Vieira e Santos (2012) destacam que o desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento desdobra-se da dificuldade de especificá-lo em econômico, político, social ou cultural por motivos metodológicos quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. Dessa forma, desenvolvimento, em termos conceituais é a explicação de convicções ou ideias coletivamente compartilhadas durante o processo histórico-social. Assim, a definição do significado do conceito desenvolvimento resulta dos valores historicamente criados de cada sociedade, embora dialogue com a conquista de condições de vida mais elevadas e alcançáveis na maioria da sociedade.

Para Gremaud (2010) o conceito de desenvolvimento é um termo mais amplo, além disso engloba o de crescimento econômico. Portanto, dentro desse conceito, o essencial não é apenas a magnitude da expansão da produção retratada pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), porém, a natureza e qualidade de vida desse crescimento. Dessa forma, quando diz que um país é desenvolvido indica que as condições de vida da população do país são boas, contudo, quando se diz que um país é subdesenvolvido, de fato a maior parte da população residente tem condições de vida sofríveis.

Nesse sentido, o posicionamento deste mesmo autor, é de que desenvolvimento econômico está associada às condições de vida da população de um país. Dessa forma, o que se compreende por boa ou má qualidade de vida é algo bastante relativo e varia as diferentes culturas e ao longo período. Dessa maneira, o que quer dizer que determinado conceito de desenvolvimento não é algo evidentemente definido.

Seguindo o contexto Wentroba e Botelho (2021) considera que o desenvolvimento eleva à qualidade de vida de um indivíduo, que se refere à capacidade de cada indivíduo satisfazer suas necessidades básicas, tais como: educação, saúde, habitação, alimentação, participação na vida em comunitária, respeito, etc. Dessa forma, o crescimento econômico é um fator importante para alcançar e ampliar as liberdades das pessoas, o que está relacionado a outras dimensões como o acesso dos cidadãos à educação, saúde, política, participação na sociedade, por exemplo. O autor menciona que a educação promove fatores importantes na ampliação das liberdades e, assim, promove o desenvolvimento humano.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Romeiro (2011), o conceito de desenvolvimento sustentável nasceu na década de 1970, com o nome de ecodesenvolvimento. Resultou-se das tentativas de encontrar uma terceira via alternativa, à qual reagiram os proponentes do desenvolvimento, por um lado, e os defensores de crescimento zero<sup>1</sup>, por outro. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972 elevou a dimensão ambiental à agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro *Founex*, em 1971, implementado pelos organizadores da Conferência de Estocolmo, onde se discutiu a interdependência do desenvolvimento e do meio ambiente (SACHS, 2009).

De acordo com Correia e Dias (2016) definem que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu de um conceito que visa conciliar desenvolvimento e economia, incluindo variáveis econômicas, sociais e ambientais, mostrando-se o caminho do desenvolvimento, e como desenvolvimento deve ser monitorado. Com um problema ambiental e um modelo econômico diferenciado que promova o desenvolvimento pela redução da pobreza e aumento da igualdade socioambiental.

Para Almeida (2010) pontua que o conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como solução, uma fórmula mágica destinada a criar um novo processo produtivo para solucionar os problemas socioecológicos de nosso tempo, foi amplamente desconstruído e articulado na educação científica aberta.

Segundo Alves (2008), afirma que a definição de desenvolvimento sustentável nasceu, estava intimamente conectado com a ideia de conservação, que a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) promove na sua estratégia mundial de conservação. Nesse sentido, a conservação da natureza foi vista como gestão da biosfera de forma a garantir os maiores benefícios sustentáveis das gerações presentes, sem comprometer o atendimento das necessidades e desejos das gerações futuras.

Em termos conceituais de desenvolvimento sustentável, evolui-se a desde a sua criação, de maneira que interligar meio ambiente e desenvolvimento humano. Portanto possui dimensão crítica da necessidade de coexistência e coevolução dos seres humanos e demais vidas existentes no planeta, e destinado como um novo paradigma que estão ligadas a aspirações conjuntas de paz, liberdade, melhores qualidade de vida e de um meio ambiente

---

<sup>1</sup> Crescimento Zero é um tipo de teoria econômica que tem a ver com a criação de um estado específico dentro da economia, a ideia é utilizar todas atividades e políticas econômicas para que um estado de equilíbrio seja atingido e mantido ao longo prazo.

saudável. No entanto, o desenvolvimento sustentável na atualidade é um tema indispensável nas discussões sobre políticas de desenvolvimento (CAMARGO, 2003).

#### 2.4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

Devido à importância do desenvolvimento sustentável, foi necessário criar oportunidades para implementar a ideia de desenvolvimento sustentável sem agredir o meio ambiente e a sociedade, o que levou ao primeiro privilégio da criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Silva, 2018).

Segundo Garcia e Garcia (2016) ressaltam que o Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é conhecido como 8 jeitos de mudar o mundo, é um conjunto de metas que foram criadas pelos governos dos 191 estados membros da ONU para tornar o mundo mais justo, mais útil e melhor para se viver. Em setembro de 2000, os 191 Estados membros da ONU adotaram a Declaração do Milênio (Consolidação na Revolução da Assembleia Geral 55/2, 08.09.2000) (BARDEN, 2009).

Nesse sentido, a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) é um documento histórico do novo século. Foi adotado na Cúpula do Milênio - realizada de 6 a 8 de setembro de 2000 em Nova York, e reflete as preocupações de 17 chefes de Estado e de governo de 191 países. Eles participaram do maior encontro de líderes mundiais de todos os tempos (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

A Declaração não forneceu à comunidade internacional metas de desenvolvimento global prontas. Essa também não era a intenção dos membros da ONU. O documento apenas delineou os princípios que deveriam ser a base para a criação de qualquer plano de desenvolvimento global (ANDRADE, 2013).

A Cúpula do Milênio foi realizada em 6 de setembro de 2000 e contou com a presença de chefes de estado e membros das Nações Unidas. Após discussões, chegou-se a um consenso e, em 8 de setembro, todos os membros da cúpula ratificaram a Declaração Milênio, que tinha 8 áreas prioritárias: pobreza; educação; igualdade de gênero e autonomia das mulheres; mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater HIV/AIDS, malária e outras doenças; meio ambiente; compromisso dos países ricos com desenvolvimento global (SILVA, 2018),

A declaração, de acordo com Barden (2009), estabelece metas específicas e valores importantes para promover o bem-estar. Os valores norteados pela Declaração do Milênio são liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade compartilhada. Ainda, segundo autor a declaração apresenta objetivos concretos e estabelece

valores essenciais necessários para a promoção do bem-estar. Os valores orientados pela Declaração de Milênio são: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza, e responsabilidade em comum.

Os ODM, segundo IPEA (2018) forneceram vários exemplos de como o Brasil adaptou com sucesso as metas globais às prioridades nacionais, que forneceram uma visão mais confiável dos desafios enfrentados pelo País. Nas oito áreas estratégicas dos ODM a experiência até agora tem contribuído de forma importante para a concretização deste novo desafio, que, no entanto, requer um trabalho muito mais extenso e complexo, porque há muito mais metas e objetivos e um maior alcance e universalidade dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

## 2.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Para Garcia e Garcia (2016), cita que com o vencimento dos ODM em 2015, os estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reuniram novamente para traçar novas metas a serem alcançadas nos próximos 15 anos, que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O ODM mostrou que os objetivos ajudaram a erradicar a pobreza, mas não completamente e, nesse sentido, as Nações Unidas tentaram estabelecer novas metas para fazer parte do novo programa de desenvolvimento sustentável para promover o cumprimento do ODM sem deixar ninguém para trás. Este plano de ação foi lançado em setembro de 2015 na Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável e já foi discutido na Assembleia Geral da ONU, onde os Estados membros e a sociedade civil negociaram sua contribuição.

Segundo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, os estados membros da ONU adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, como um apelo universal para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são integrados, eles reconhecem que as ações em uma área afetam os resultados em outras e que o desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o eixo central da Agenda 2030, que norteiam as ações nos três fatores do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, as metas mostram os caminhos a serem seguidos e as ações a serem tomadas para promover eles. As metas e indicadores globais são necessários para garantir a coordenação das ONU, a comparabilidade e o progresso nacional para alcançar os ODS.

Com a ajuda de monitoramento, essa instituição pode identificar países e temas que precisam de mais ajuda de organizações internacionais e de uma cooperação abrangente do desenvolvimento (IPEA, 2018).

A figura 1, mostra-se todos os 17 objetivos que são metas baseadas em três pilares essenciais: acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos como parte de um novo desenvolvimento sustentável.

**Figura 1:** 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ODS/Brasil (2022)

## 2.6 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Para Sen (2010) cita que a qualidade de vida das pessoas não pode ser medida pela riqueza das nações ou mesmo pelas liberdades relativas dos indivíduos. Fatores econômicos como o crescimento do PIB<sup>2</sup> devem ser considerados para enfatizar o desenvolvimento a partir do instante em que os governos dão atenção às disposições sociais como saúde e educação.

O foco nas liberdades humanas com visões mais restritivas de desenvolvimento, como aquelas que vinculam desenvolvimento ao PIB, aumento da renda pessoal, industrialização, progresso tecnológico ou modernização social. É claro que o crescimento do PIB ou da renda pessoal pode ser uma ferramenta muito importante para expandir a liberdade dos membros da sociedade. Mais as liberdades também dependem de outros fatores, como regulamentos sociais e econômicos e direitos civis. Quanto a outras privações de liberdades, a liberdade política e os direitos civis básicos são sistematicamente negados a um número enorme de pessoas no mundo todo.

Entretanto, o autor aborda que há uma grande concentração de pessoas ao redor do mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade: em alguns lugares, a fome em massa continua e isso não permite que milhões de pessoas sobrevivam. Mesmo em países

<sup>2</sup> PIB representa a soma de todas as riquezas (bens e serviços) de um país ou região.

onde a fome é desenfreada, a desnutrição pode afetar muitas pessoas vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento ou água potável e passam a vida lutando contra doenças desnecessárias e muitas vezes a morte prematura.

Em relação ao desenvolvimento econômico, este mesmo menciona que tem outras dimensões, inclusive a segurança econômica. Com demasiada frequência, a insegurança econômica pode estar ligada à falta de direitos e liberdades democrática. Ações que apoiam a democracia e os direitos políticos podem até ajudar a prevenir a fome e outros desastres econômicos. No entanto, o desenvolvimento deve estar associado com a melhoria da vida e das liberdades das pessoas (SEN, 2010).

## 2.7 FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

Conforme Jochem e Pelin (2019), o rei *Jigme Singya Wangchuck* do Butão criou o Índice Nacional de Felicidade (FIB) em 1972. É um indicador sistemático do desenvolvimento do Butão. No entanto, Forentz (2018) afirma que Felicidade Interna Bruta (FIB) é um projeto da ONU, foi criado para medir a felicidade da sociedade como ferramenta de desenvolvimento. No entanto, a pesquisa original do FIB tem 29 perguntas relacionadas a nove dimensões: bem-estar mental, saúde, uso do tempo, vitalidade da comunidade, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida.

O FIB, segundo Ketzer (2013), pressupõe que para medir o progresso de uma determinada comunidade ou nação, o crescimento econômico não é possível ser o único objetivo da população, mas uma integração entre o desenvolvimento psicológico, cultural e espiritual, e assim, sempre manter a harmonia com a terra. O desenvolvimento e qualidade de vida são duas dimensões que estão intrinsecamente ligadas. Assim, ambos visam ampliar o bem-estar e a harmonia de todos os indivíduos da sociedade.

O autor afirma que o FIB visa medir nove fatores de desenvolvimento:

1. Bem-estar psicológico, pelo qual se considera o contentamento e o otimismo de cada indivíduo em sua própria vida. É assim que se avalia a autoestima, o senso de competência, o estresse e o desempenho mental.

2. Saúde, que mede a efetividade da política pública da região, considerando a autoavaliação de saúde como um dos critérios.

3. A utilização do tempo, é um dos fatores mais importantes da qualidade de vida. Por isso, é analisado o planejamento equilibrado do tempo livre e familiar, tempo de trânsito e tempo de trabalho.

4. A força vital de uma comunidade, concentra-se nas relações interpessoais na

sociedade. Analisar-se o nível de confiança, a percepção de inclusão, a vitalidade das relações humanas efetivas, a segurança no lar e na sociedade, a prática da doação e do voluntariado.

5. A educação é examinada, entre outras coisas, sobre educação formal e informal e a participação dos pais na educação de seus filhos e educação ambiental.

6. Cultura, refere-se a tradições locais, festivais, valores fundamentais, participação em eventos culturais, oportunidades para desenvolver habilidades artísticas e discriminação religiosa, racial ou de gênero.

7. Meio Ambiente, avalia a percepção das pessoas sobre a qualidade da água, ar, solo e biodiversidade

8. Liderança, analisa a atitude da sociedade em relação ao governo, mídia, judiciário, sistema eleitoral e segurança pública. No entanto, também mede a cidadania e a participação das pessoas nas decisões e processos políticos.

9. Padrão de vida, é constituído de fatores relacionados à renda individual e familiar, segurança econômica, dívidas e qualidade da moradia.

## 2.8 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E QUALIDADE DE VIDA

Gremaud (2010) aborda que os indicadores socioeconômicos fornecem informações relacionadas as condições de vida da população de um determinado país, como expectativa de vida, da população ao nascer, médicos, acesso à água potável, etc. Segundo Barden (2009) compreende que os indicadores socioeconômicos é uma importante ferramenta tanto no espaço público para o planejamento de políticas públicas quanto no setor privado para difundir as ações sociais para a comunidade em que as organizações estão envolvidas. Em ambas as situações, seu trabalho é relatar fenômenos que são em sua maioria complexos. Portanto, faz-se necessário estudá-los para cumprir seu propósito.

Portanto, nos tópicos seguintes serão destacados alguns indicadores mais usados no Brasil para medir o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região. Deu-se ênfase aos seguintes: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e o Índice de Gini. Cada indicador será trabalhado individualmente, com suas determinadas especificidades para melhor entendimento.



### **2.8.1 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH**

De acordo com Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015) explica que desenvolvimento humano é o processo de ampliar as escolhas e o bem-estar das pessoas. O conceito do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bem como sua dimensão, foi apresentado em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD).

Scarpin e Slomski (2006) aborda que é uma colaboração que busca a combinação de três fatores básicos do IDH: saúde, que reflete as condições saudáveis da sociedade; a educação é medida por uma combinação de taxas de alfabetização dos adultos e níveis de educação primária, secundária e terciária, e rendas concentradas pelo poder aquisitivo da população, com base no PIB per capita <sup>3</sup> ajustado pelo custo de vida local, de forma que sejam comparáveis entre países e regiões.

Nesse sentido, Assis, Souza e Manayo (2007) afirmam que IDH é utilizado para medir e comparar padrões de vida em diferentes sociedades. É uma forma padronizada de avaliar e medir o bem-estar da sociedade. Foi criado pelo paquistanês *Mahbub ul Haq* em contribuição com o economista indiano Amartya Sen, que ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998.

Portanto, Dorsa (2019) argumenta que para medir o IDH, são considerados a renda per capita, a saúde e o grau de educação. Portanto, é calculado ao peso médio entre esses três fatores, que devem ter o mesmo peso, pois esses fatores são considerados igualmente importantes que permite o desenvolvimento humano. Dito isso, resultado varia de zero a um, portanto, quanto mais perto do valor máximo, maior o IDH de um país.

Segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) menciona que o IDH cumpre os três requisitos mais importantes para ampliar as liberdades das pessoas: ter a chance de manter-se uma vida duradoura e saudável (saúde), ter acesso à educação, e poder desfrutar de uma comodidade digna (renda).

### **2.8.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**

De acordo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015), em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os

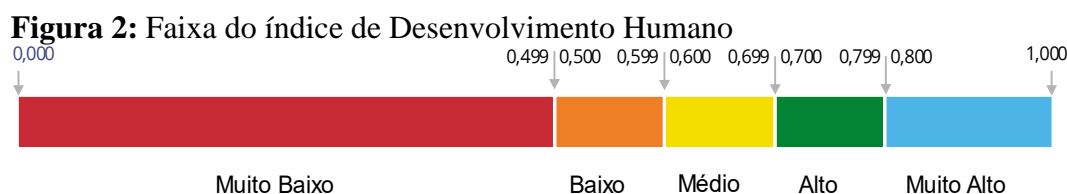
---

<sup>3</sup> PIB per capita é o indicador que representa o que cada pessoa de um local teria do total de riquezas (bens e serviços) que são produzidos no país. Sendo assim, o PIB é dividido pela quantidade de habitantes, apontando o que cada pessoa produziu.

municípios brasileiros, conforme os dados censitários, foi criado o IDHM. Dessa maneira, surgiu em 2003 uma nova edição que trouxe a série histórica de 1991 e 2000 para o país.

No Brasil, em 2012, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pessoa (FJP), assumiram o desafio de mudar a metodologia do IDH total para calcular o IDHM dos municípios brasileiros com base nos dados censitário de 2010. Dessa maneira, foi recalculado no IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, através de uma rigorosa combinação nas áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010, para as divisões administrativas acontecidas no período e aceitar a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios.

Portanto, ainda segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015) o IDHM considera os mesmos fatores do IDH: longevidade, educação e renda, porém, se adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Os fenômenos medidos são os mesmos, mas os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios. A figura 2, representa faixa do índice de desenvolvimento humano.



Fonte: Atlas Brasil (2015)

O IDHM foi amplamente divulgado e é utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas, assim voltas ao desenvolvimento humano, nos setores públicos e privado. Esse índice é hoje uma referência nacional para a população brasileira. Entanto, os casos de maior sucesso no mundo todo na aplicação e disseminação do IDH no grau subnacional. Embora, mesmo sendo os mesmos fatores, os indicadores considerados no IDHM são mais apropriados para analisar os municípios, estados e regiões (ATLAS BRASIL, 2013).

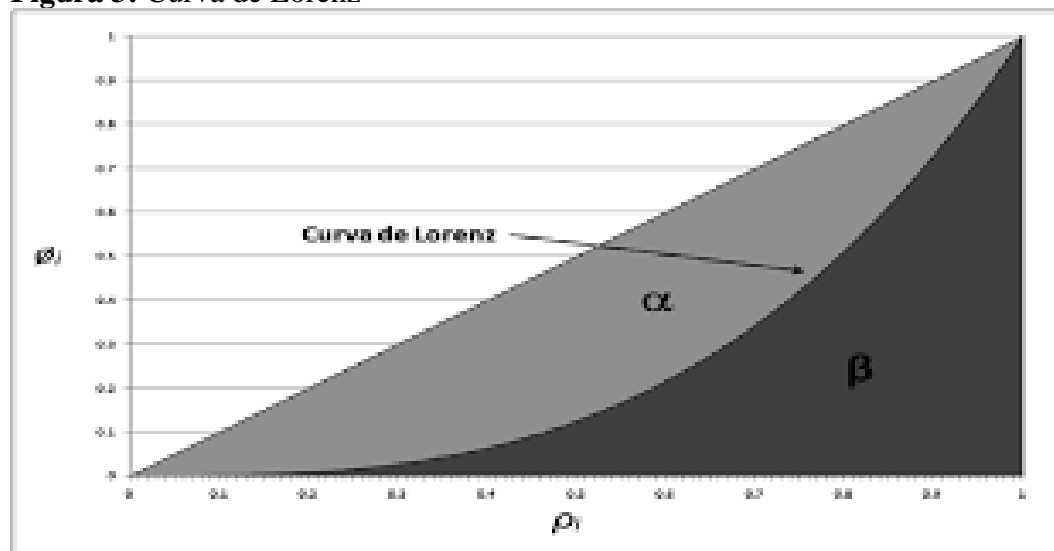
### 2.8.3 Índice de Gini

O Índice de Gini, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é uma ferramenta para medir o nível de concentração de renda em determinada população. Ele

indica a distinção entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, variação de 0 a 1 (alguns apresentam de zero a cem). O valor 0 representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. Entretanto, valor 1 (ou 100) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa tem toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais necessitados com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), o Brasil aparece com índice de Gini 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda (IPEA, 2004).

É importante enfatizar que índice de Gini é baseado na curva de Lorenz <sup>4</sup>. Para IPECE (2015) é uma curva que apresenta como a proporção acumulada da renda ( $\phi$ ) variação em função da proporção acumulada da população ( $p$ ), estando-se as pessoas ordenados pelos valores crescentes da renda. Na figura 3, tem uma representação gráfica do que vêm ser essa curva de Lorenz. Como a diagonal, fundamental divisão do quadrado em partes iguais, qualquer ponto nessa reta é um ponto em que os valores da abscissa e ordenada são iguais.

**Figura 3:** Curva de Lorenz



Fonte: IPECE (2015)

<sup>4</sup> Lorenz é um economista americano, Max Lorenz, introduziu o conceito da curva de Lorenz em 1905. Ele propôs uma representação gráfica de riqueza ou da desigualdade de renda.

Portanto, o coeficiente de Gini é uma ferramenta utilizada para medir a distribuição de renda de uma determinada região ou país. Mais especificamente, o coeficiente de Gini é uma ferramenta estatística comumente usada em economia para medir a desigualdade de renda (SÁNCHEZ-HECHAVARRÍA, et al., 2019). Conforme Silva (2021) menciona que o coeficiente de Gini corresponde a outra forma de mensuração dos graus sociais, por meio da qual se alcança a compreensão da qualidade de vida em sociedade.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Neste capítulo apresenta uma breve descrição do município, e para isso utiliza-se uma divisão de quatro dimensões: históricos, territoriais, demográficos e econômicos. Cada um deles será discutido separadamente a seguir.

#### 3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Segundo Prefeitura Municipal de Parintins (2021), a origem histórica do município, geralmente, está diretamente relacionada aos indígenas que ocuparam a área e formaram as primeiras aldeias. Os primeiros registros dessas ocupações nas terras Tupinambarana foram registrados no século XVI, quando a província indígena das Picotas identificado pelos registros dos viajantes na época. Entre os muitos grupos indígenas que ocuparam a área estavam os nativos *Parintintin* ou *Kagwhiwa* que dão nome à cidade, os *Munduruku*, inimigos naturais dos *Parintintin* e dos *Tupinambá*, grupo numeroso vindo do litoral, que incorporaram as menores populações indígenas. Do efeito de aglutinação entre os nativos e os recém-chegados, nasceu o termo “Tupinambarana”, que em seguida veio denominar o nome da cidade, Tupinambarana que significa, tupi não verdadeiro, feita a união dos grupos nativos da região com os grupos chegados do litoral.

Ainda de acordo com Prefeitura Municipal de Parintins (2021), em 29 de setembro de 1669, a visita do Padre alemão João Felipe de *Bettendorf* oficializou a missão de São Miguel de Tupinambarana, e no dia de sua consagração, em 29 de setembro, foi inaugurada a capela em homenagem ao respectivo santo. Em 1723 o nome da missão foi alterado para São Francisco Xavier dos Tupinambarana, e o nome permaneceu na região até a chegada de José Pedro Cordovil em 1796. Enquanto ocorria o trabalho de evangelização pelos Padres, o governo do Grão-Pará enviou o capitão da milícia José Pedro Cordovil para executar tarefas na agricultura e na pesca. A Lei de 1852 que torna Parintins vila e município foi lavrada em 1848, quando o município ainda pertencia ao governo paraense, por fatos legais a lei não teve efeito. O dia 15 de outubro de 1822 é considerado oficialmente a data de fundação da cidade.

#### 3.2 ASPECTOS TERRITORIAIS

O município de Parintins está localizado no extremo leste do Estado do Amazonas distante 372 km da capital do Estado. De acordo com a Prefeitura Municipal de Parintins (2021), o município faz parte dos 30 (trinta) municípios que compõem a mesorregião Centro Amazônico, que é composta pelos municípios de Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha,

Nhamundá, Urucará e, São Sebastião do Uatumã. A cidade está localizada na margem direita do rio Amazonas, no leste do estado do Amazonas. Segundo o último censo de 2010 o município é o mais populoso do estado, estimado em 115.363 habitantes.

De acordo com IBGE o município de Parintins tem uma população estimada de 116.439 residentes, com uma área territorial correspondente de 5.956,047 km<sup>2</sup>, e faz fronteira com Urucurituba a oeste, Nhamundá ao norte, Terra Santa e Pará a leste e Barreirinha ao sul.

### 3.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A Prefeitura do Município de Parintins (2019) aborda que o crescimento populacional na região foi observado principalmente entre 1991 e 2000, com a população total passando de 58.783 para 90.150, com uma taxa de crescimento populacional de 4,87%, superior à de crescimento da população do município de Manaus, foi de 3,28% no mesmo período. Entre 2000 e 2010, a população cresceu de 90.150 para 102.033.

Isso corresponde a um crescimento populacional de 1,25%, contra 2,51% da cidade de Manaus na mesma época. Isso foi maior do que o crescimento populacional do Amazonas de 2,16%. É importante ressaltar que até 1970 a população rural ultrapassava a população municipal. Desde 1980, a população urbana aumentou e atingiu-se um total de 29.504 habitantes, contra 21.877 na área rural, o que vem persistindo até em 2010. Com base nos dados do IBGE ressalta que a densidade demográfica da localidade é de 17,14 hab/km<sup>2</sup> em 2010.

### 3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Segundo IBGE explica que o Produto Interno Bruto (PIB) é a somatória dos bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Se um país não produzir nada em um ano, o PIB é nulo. Para Prefeitura Municipal de Parintins (2019) o PIB de Parintins em 2007, era de R\$ 358.968,00 e respondia por 40% da economia da região do Baixo Amazonas. O PIB do município em 2008 foi de R\$ 405.663,65, e o do Estado do Amazonas foi de R\$ 7.811.570,00 no mesmo ano, enquanto o PIB da Região Norte foi de R\$ 154.704.229,00. A renda per capita era de R\$ 2.516,00 em 2005 e passou para R\$ 3.836,00 em 2008. Com base nos dados do IBGE a renda per capita em 2002 era de R\$2.027,00 e aumentou para R\$ 2.257,00 em 2004.

Entretanto, o SEBRAE (2019) revela que o município de Parintins agrega o 5º maior PIB do estado, atingindo R\$ 1,024 milhões de reais em 2016, o que representar

aproximadamente 1,15% do PIB de todo o Estado naquele ano. O setor público tem um papel importante no desenvolvimento desse município, que representa 41,58% do PIB local, juntamente com o setor agropecuário, que responde por 28%. Os demais setores que colaboram são os de comércio e serviços (25,85%) e indústria (4,57%).

Segundo Lemos (2005) ressalva que a economia de Parintins atualmente se destaca nas atividades ligadas à agricultura e pecuária, cabendo ressaltar que o município é o primeiro do Estado do Amazonas na criação de bovinos, búfalos e ovinos. Com base nessas informações, pode-se concluir que a atividade econômica mais importante do município é a pecuária, sobretudo a criação de bovinos, seguida da pesca. As demais atividades financeiras destinam-se exclusivamente ao abastecimento do município.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a evolução dos indicadores socioeconômicos: IDHM e suas dimensões Saúde, Educação, Renda, e o Coeficiente de Gini a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010, com destaque para município de Parintins. A título de comparação, também será apresentada uma análise dos respectivos indicadores do Estado do Amazonas.

### 4.1 ANÁLISE DO IDH DOS ESTADOS BRASILEIROS NO ANO 2000-2010

Como foi destacado anteriormente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é indicador de medição global e sua função é classificar o nível de desenvolvimento humano e as condições de vida dos países. Esse, por sua vez, varia de 0 (zero) a 1 (um) quanto mais próximo de 1, maior o IDH, ou seja, melhor as condições de vida deste país. Seus fatores são constituídos por: saúde, educação e renda. Ele é uma ferramenta utilizado para medir os municípios e os estados brasileiros por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), é um ajuste da metodologia do IDH total e funciona com as mesmas dimensões.

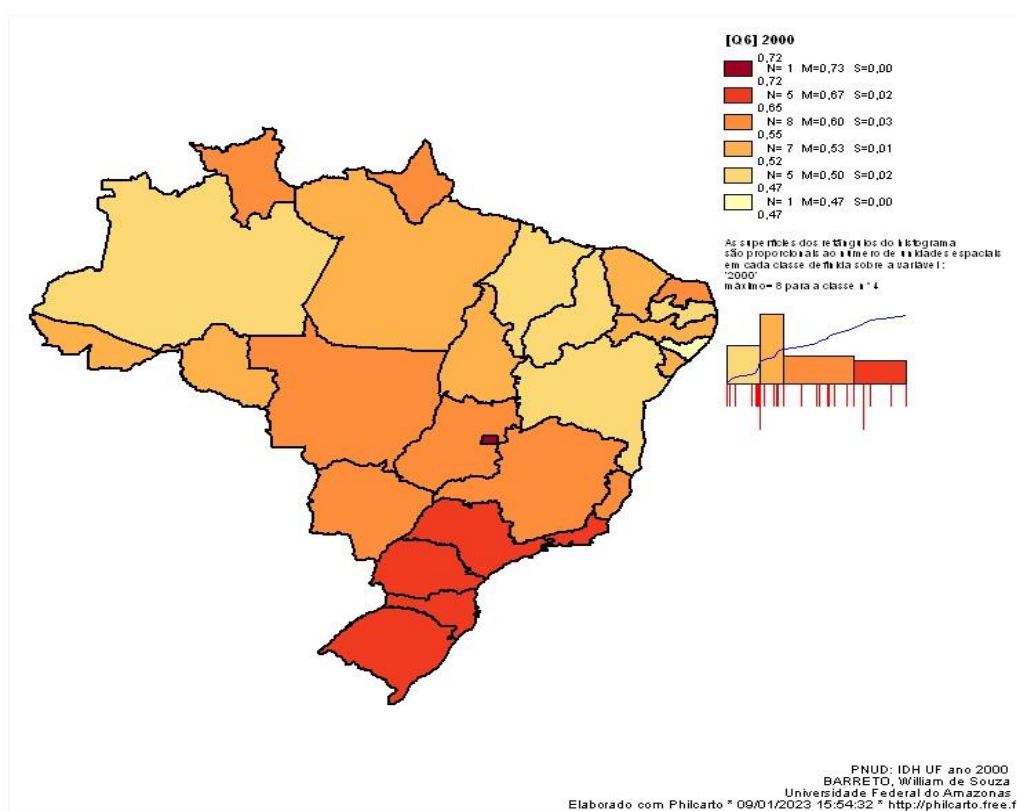
O Brasil em 2021 ocupava a 87ª na posição do IDH no ranking composto por 191 países, com índice 0,754. Em comparação com ano de 2020 que registrou 0,758, apesar de está entre os países com alto IDH, os resultados mostram uma perda em seus índices nos períodos correspondentes. Os resultados do IDH dos 191 países em 2021 são classificados da seguinte forma: 66 países com IDH muito alto, 53 alto IDH, 37 médio IDH, 33 baixo IDH. Os extremos são: a Suíça com índice próximo de 0,962, Noruega 0,961, Islândia 0,959 na classificação do IDH considerado muito alto. E o país com pior desempenho no IDH, inclui o Sudão do Sul com 0,385 na última posição (ATLAS SOCIOECONÔMICO, 2022).

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, as maiores economias do mundo, está os Estados Unidos, com Produto Interno Bruto (PIB) (US\$ 20.893.746 trilhões), em sequência a China (US\$ 14.722. 801 trilhões), o Brasil foi de R\$ 8,9 trilhões ocupando 12º do ranking do PIB nesse período. Vale destacar, que nem sempre os países com maiores economias, ou seja, crescimento no PIB, apresentam melhorias na qualidade de vida para população. Por exemplo, os Estados Unidos lideram com melhor PIB, mas sua posição no ranking do IDH está 21º, porque o PIB não abrange questões como qualidade de vida, saúde e educação. Há países bem sucedidos nessas áreas, apresentando nível de desenvolvimento, mas que não estão entre os mais ricos.



Conforme a proposta desta pesquisa a análise de dados foi realizada por meio do programa cartográfico/estatístico Philcarto, os mapas temáticos são elaborados com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes atribuídos valores a tonalidades de cores, ou seja, é criada uma sequência ordenada de cores que aumentam de intensidade conforme a sequência de valores apresentados nas classes estabelecidas. A seguir, utilizar-se os mapas da figura 4 e 5, que sintetiza a evolução do IDH dos Estados Brasileiros a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010.

**Figura 4:** Análise do IDH dos Estados Brasileiros do ano 2000



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

O Brasil compõe as seguintes unidades federativas: Acre, Amazonas, Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Tocantins.

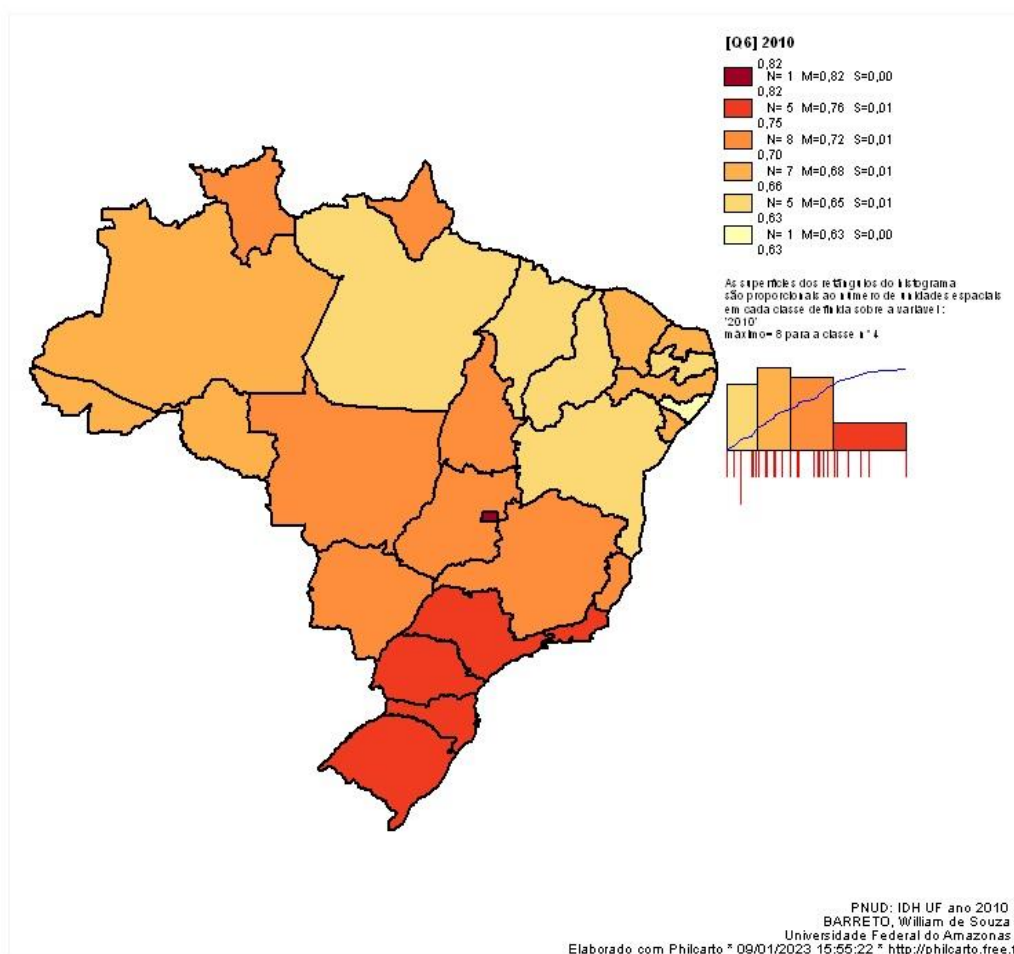
Em relação à figura 4, os dados revelam apenas 1 Unidade Federativa com nível de desenvolvimento alto, que é o Distrito Federal com 0,72, em seguida por Rio Grande do sul,

Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, com uma média do IDHM de 0,65 a 0,67, considerado médio desenvolvimento.

Os estados com os piores índices com IDHM baixo ou muito baixo, são: Alagoas Amazonas, Maranhão, Piauí, Bahia e Paraíba com IDHM em média 0,47 a 0,50. Nota-se que o Estado Amazonas no ano 2000 está entre os estados com índices de desenvolvimento muito baixo, conforme Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) sua posição 20º no ranking do IDH com 0,515.

É importante destacar que estados de Roraima, Amapá, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santos possuem IDH em média de 0,55 a 0,60 com baixo desenvolvimento. As unidades federativas, que se incluem no mesmo nível são: o Acre, Rondônia, Pará, Tocantins, Ceará, Pernambuco, Sergipe com uma variação de 0,52 a 0,53. O mapa temático da figura 5, elaborado com os mesmos dados da figura 4, apresenta as mudanças ocorridas no ano de 2010.

**Figura 5:** Análise do IDH dos Estados Brasileiros do ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Observa-se de forma explícita, um avanço no desenvolvimento em alguns Estados, pois, a escala dos dados é deslocada para valores mais altos. Distrito federal mantém seu avanço e ultrapassa o valor de 0,82 apontando um IDH muito alto. E o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro possuem um melhor desenvolvimento em média 0,75 a 0,76 com alto IDH. Os estados que também evoluíram neste período foi Roraima, Amapá, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, numa média de 0,70 a 0,72, comparado com o ano de 2000 apresentaram um baixo desenvolvimento.

Em relação aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Ceará, Pernambuco, Sergipe avançaram nos seus índices, o bastante para sair desenvolvimento baixo ou muito baixo e passando para médio IDH, em média de 0,66 a 0,68.

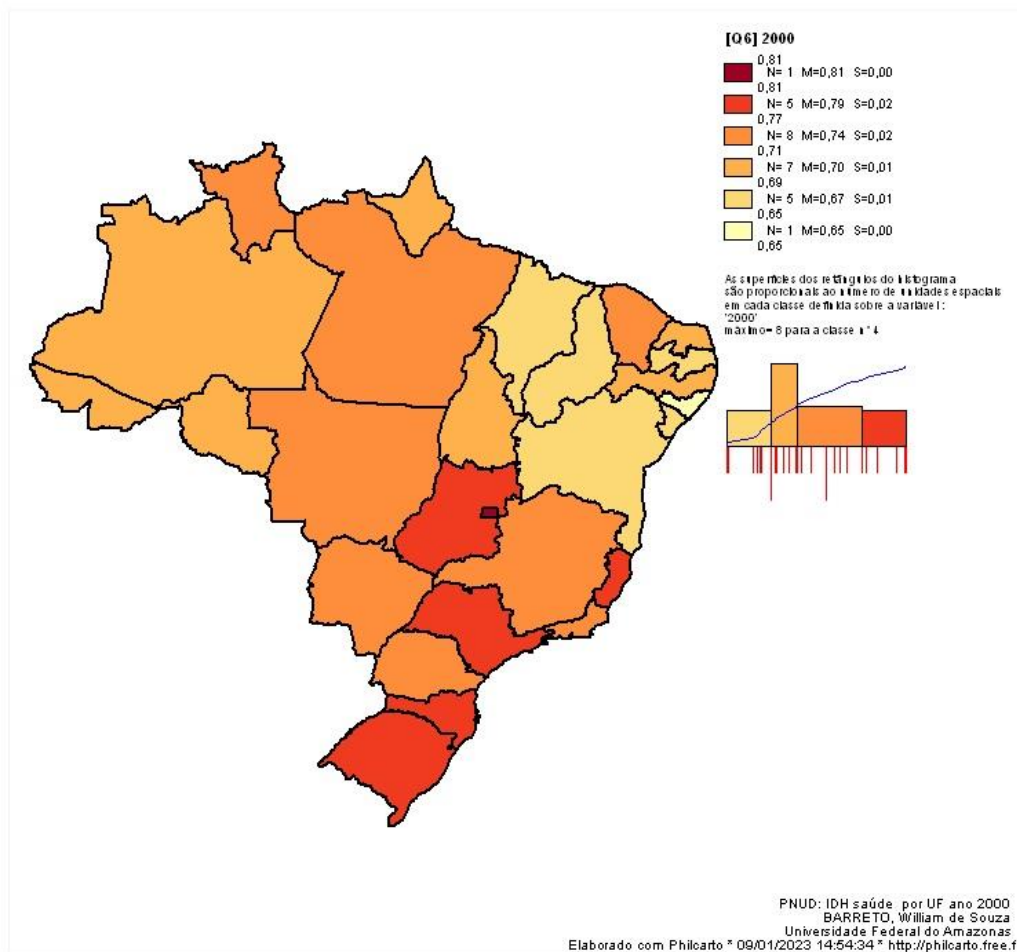
Nota-se que o Amazonas avançou de forma significativa, em 2000 tinha um índice muito baixo e conseguiu alcançar em 2010 o índice acima 0,67, considerado médio desenvolvimento, segundo PNUD obtendo a 18ª posição do ranking brasileiro. O estado de Alagoas que era classificado como pior índice em 2000 também conseguiu atingir médio desenvolvimento.

Fica evidente um avanço de todos os estados brasileiros nos seus índices uns de forma discreta outros de forma mais visível, interessante observar que alguns estados inverteram de posição em relação a este ranking, como o caso do Amazonas e Pará, embora ambos apresentem uma elevação no IDH.

#### **4.1.1 IDH Saúde, IDH Educação, IDH Renda**

Este tópico buscar analisar o IDH Saúde, Educação, Renda no período citado anteriormente das Unidades Federativas do Brasil, com destaque para Estado do Amazonas. A preocupação com a saúde de determinada população é um tema de destaque nas discussões sobre qualidade de vida e desenvolvimento. Para tanto utilizar-se os mapas temáticos da figura 6 e 7, que sintetiza a evolução do índice de Saúde dos censos demográficos de 2000 e 2010.

**Figura 6:** Análise do IDH Saúde dos Estados Brasileiros no ano de 2000



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

A metodologia do IDH de saúde baseia-se na expectativa de vida que as pessoas têm ao nascer. O cálculo é realizado com base nos dados dos censos demográficos do IBGE. observa-se no mapa da figura 6, de maneira explícita, um avanço no IDH saúde, pois a escala dos dados apresenta valores elevados.

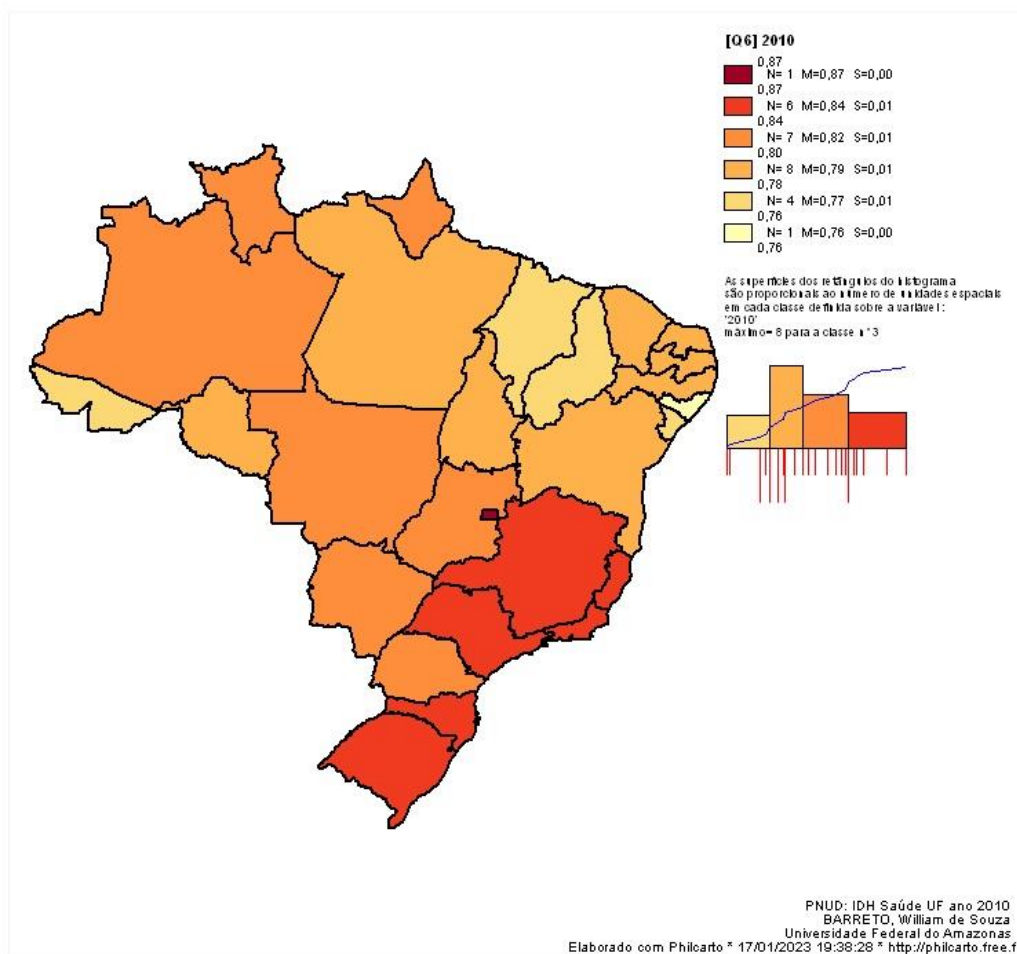
Distrito federal mantém seu avanço e perpassa o valor de 0,81 com IDH muito alto. E Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Espírito Santo em média 0,77 a 0,79. Os estados Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, possuem um melhor desempenho em relação à área, com uma média de 0,71 a 0,74 com alto IDH.

Em relação aos estados Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá, Tocantins, Rio grande do Norte, Pernambuco, estão inseridos na faixa de médio desenvolvimento, em média de

0,69 a 0,70. Os estados que se mantêm nessa faixa também são Maranhão, Piauí, Bahia, Paraíba, Sergipe, Alagoas com uma variação de 0,65 a 0,67.

O estado com menor IDH em saúde foi Alagoas com 0,65, está na escala de médio desenvolvimento, logo, os resultados mostram que não houve desenvolvimento baixo ou muito baixo no período correspondente.

**Figura 7:** Análise do IDH Saúde dos Estados Brasileiros no ano de 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

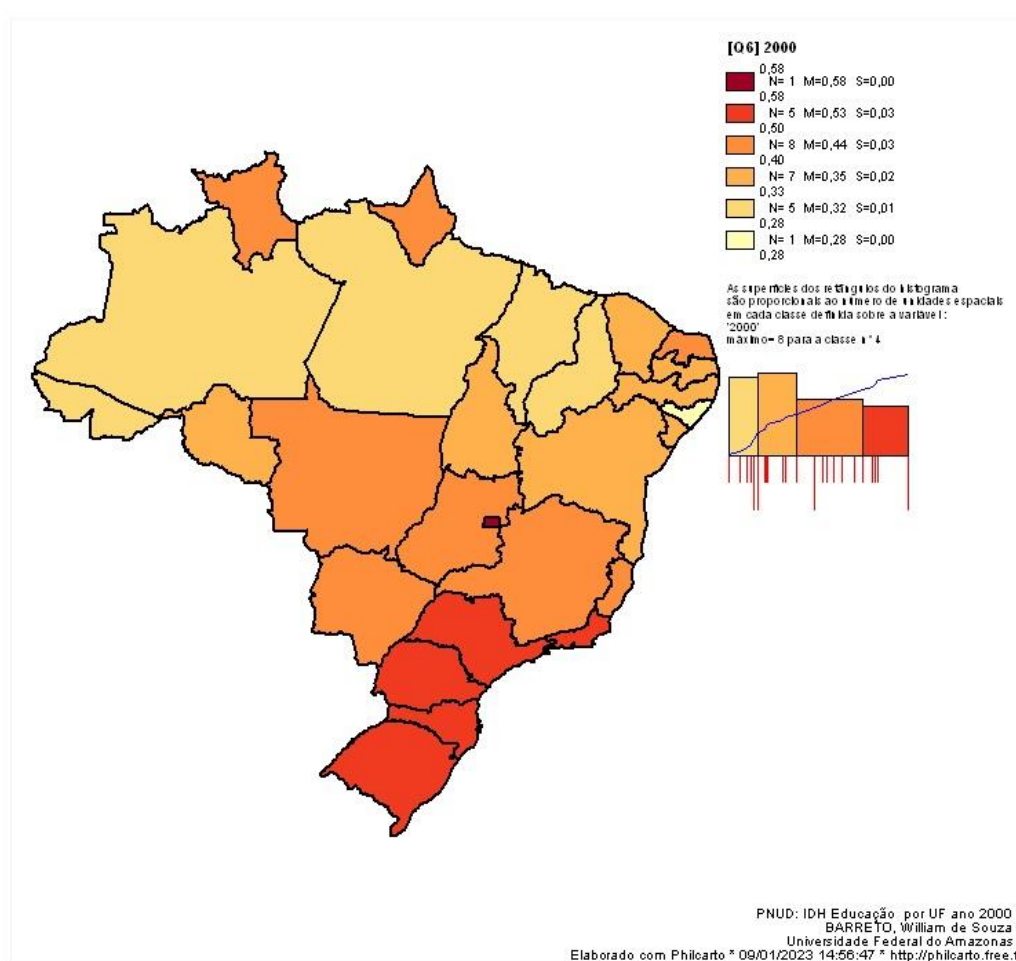
De acordo com os números apresentados no mapa da figura 7, em 2010, o IDH em saúde continua avançando, alguns estados brasileiros de forma mais discreta e outros mais visível. Nesse período, o Distrito Federal registrou 0,87 se destacando na área de saúde, seguido por Santa Catarina (0,86), São Paulo (0,84), Rio grande do Sul (0,84), Minas Gerais (0,83), Rio de Janeiro (0,83), Espírito santo (0,83).

Portanto, 26 estados conseguiram atingir a faixa do IDH alto ou muito alto, eles são: Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Piauí,

Bahia, Paraíba, Sergipe, Santa Catarina, Roraima, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, Alagoas, Paraná. Porém, não registrou nesse período baixo IDH em saúde.

Em relação ao Amazonas em 2000 e 2010, o IDH saúde foi, respectivamente, 0,69 e 0,80. Uma vez que aumentou seu nível de desenvolvimento, de médio para muito alto, ao se analisar a evolução do índice observa-se que esta foi bastante significativa. A seguir utilizar-se os mapas temáticos da figura 8 e 9, que sintetiza a evolução do IDH Educação a partir dos censos demográficos de 2000-2010.

**Figura 8:** Análise do IDH Educação dos Estados Brasileiros no ano de 2000



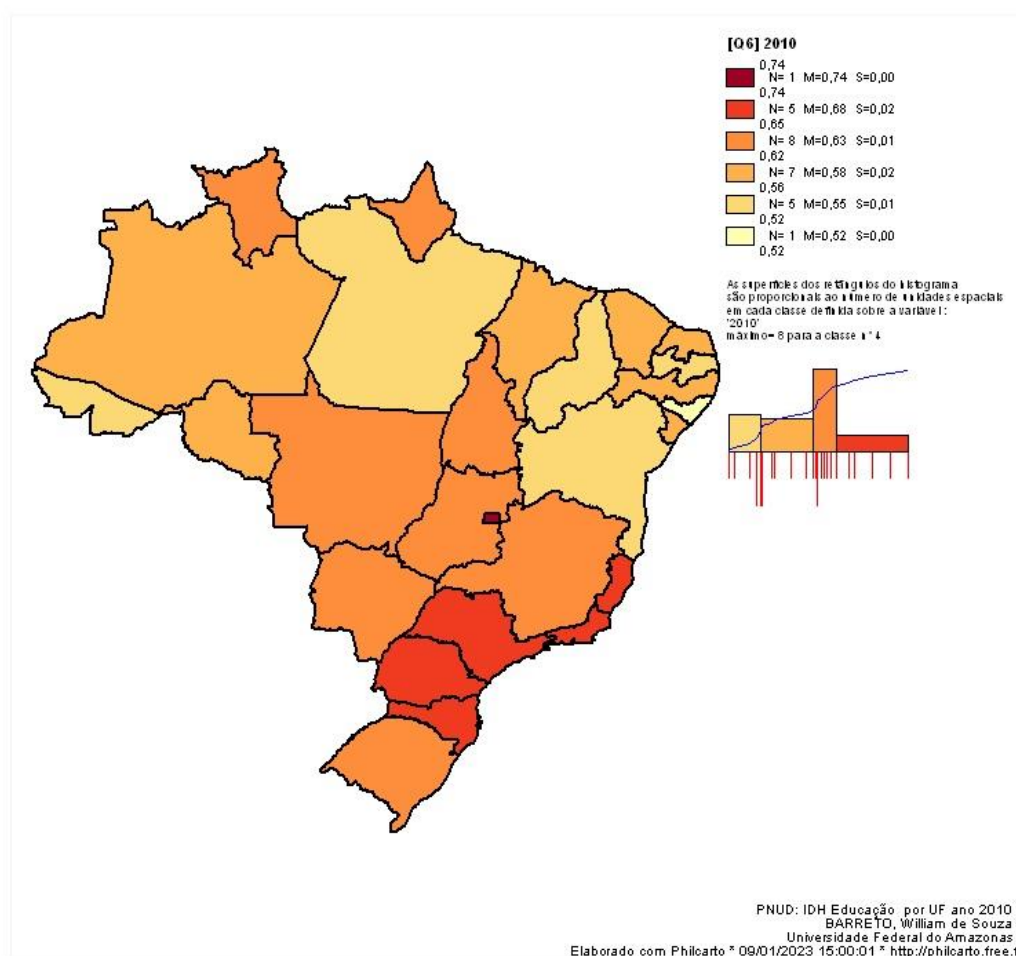
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

A metodologia do IDH Educação é realizada por meio de dois fatores: a primeira está relacionada com população adulta, a partir de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, representar peso 1; a segunda está ligada com a população jovem onde se atribui peso 2 uma média de percentuais de pessoas agrupados conforme a idade e o grau de formação.

Observa-se no mapa da figura 8, que 21 estados apresentam IDH em Educação muito baixo, sendo eles: Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá, Tocantins, Rio grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Bahia, Paraíba, Sergipe, alagoas, Espírito Santo, com uma média de 0,28 a 0,44.

Em 2000, o Distrito federal e os estados Rio grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, apresentam baixo IDH Educação em média 0,50 a 0,53. Portanto, nenhum estado foi registrado IDH na área de educação Médio, Alto ou Muito Alto. Segundo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) o índice de Educação do Amazonas nesse período registrou 0,324 considerado muito baixo, sua posição no ranking brasileiro era 23°.

**Figura 9:** Análise do IDH Educação dos Estados Brasileiros no ano de 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

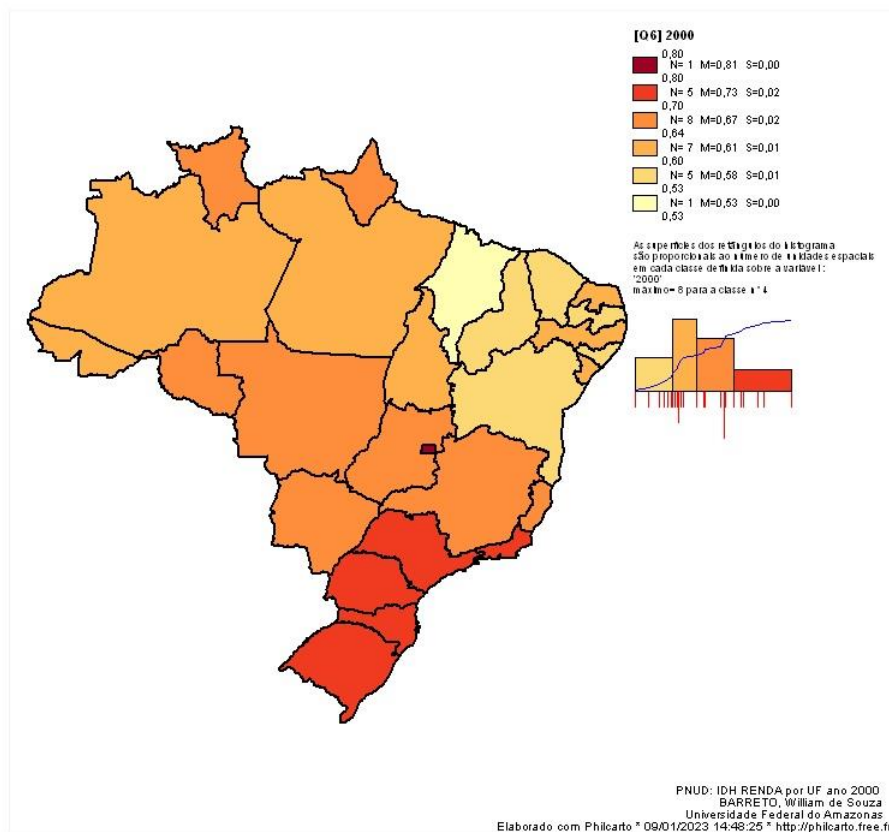


Nota-se que os dados apresentados no mapa da figura 9, em 2010, ocorreu uma elevação nos índices de algumas unidades federativas. Verifica-se que o Distrito Federal passou do nível baixo para o alto desenvolvimento em 2010 com 0,74.

Em relação outros estados, registraram 26 estados com médio desenvolvimento na área da Educação são eles: Roraima, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Acre, Amazonas, Rondônia, Amapá, Tocantins, Rio grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Bahia, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Rio grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo. Nesse período destacado, esses estados passaram do baixo ou muito baixo para o Médio estágio de desenvolvimento em Educação.

No entanto, concluir-se que o IDH Educação do Amazonas evoluiu com índice cerca de 0,56 em 2010 comparado ao ano de 2000 que foi 0,32. Segundo o PNUD o Amazonas também cresceu no ranking deste componente, passando de 23º no ano 2000 para 19º em 2010. A seguir utilizar-se os mapas temáticos da figura 10 e 11, que sintetiza a evolução do IDHM Renda a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010.

**Figura 10:** Análise do IDH Renda dos Estados Brasileiros no ano de 2000



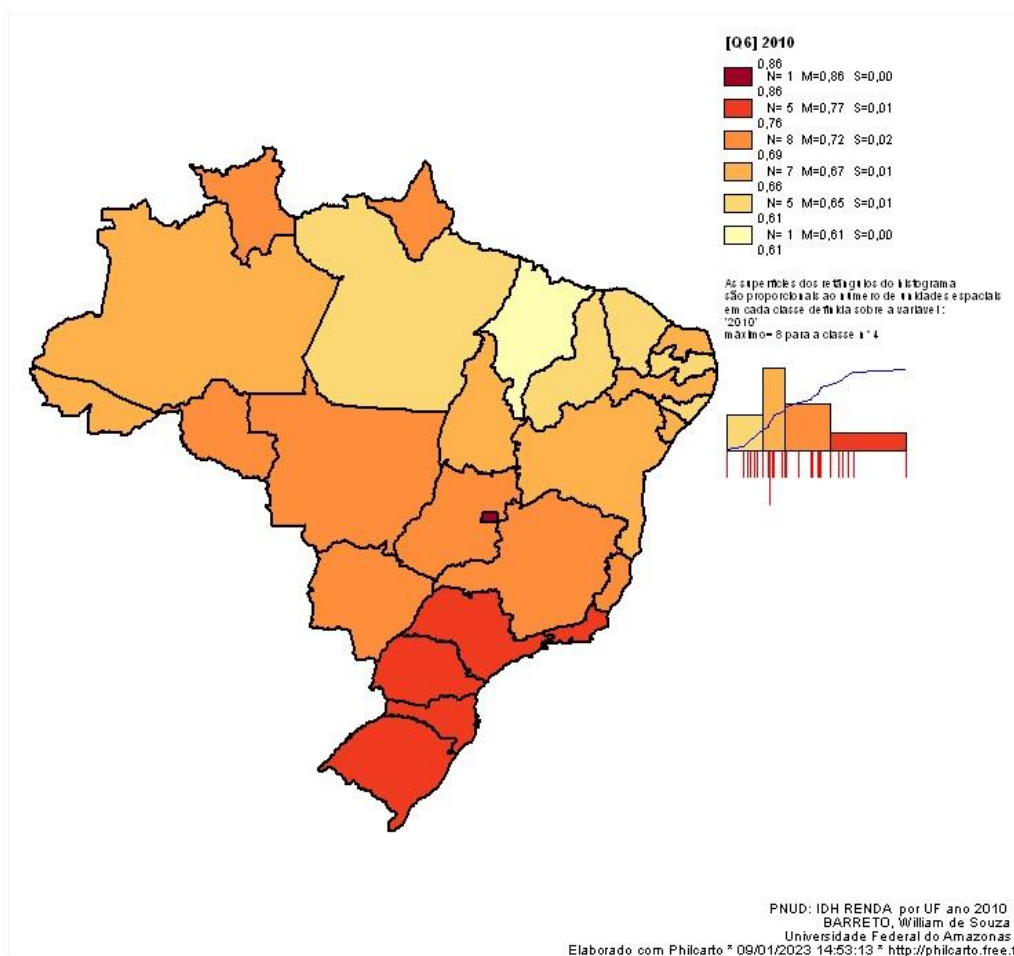
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).



A variável renda é representada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de dividida pela quantidade total dos residentes, resultando na renda per capita. Nota-se que os dados representados na figura 10, em 2000, o Distrito Federal se mantém no nível de IDH Renda muito alto pela metodologia do indicador, aproximadamente 0,80.

No entanto, percebe-se 5 estados de IDH Renda na faixa do IDH considerado alto, são eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, com uma variação de 0,70 a 0,73. A evolução do indicador também permite notar o avanço entre 15 estados com médio desenvolvimento de Renda em média de 0,60 a 0,67, são eles: Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Rio grande do Norte, Pernambuco, Sergipe. Os estados com piores índices que não conseguiram atingir o IDH médio foi: Ceará, Piauí, Bahia, Paraíba, Alagoas, e Maranhão com índices em média de 0,53 a 0,58.

**Figura 11:** Análise do IDH Renda dos estados brasileiros no ano de 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Percebe-se na figura 11, em 2010, apresenta um aumento na quantidade de estados no alto estágio de desenvolvimento, composto por 13 unidades federativas: Rio grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo com variação de 0,69 a 0,77. Vale destacar o estado com maior índice de renda é o Distrito Federal ultrapassando a média 0,86 indicando um IDH Renda muito alto.

Os estados na faixa de desenvolvimento médio, estão 13 unidades federativas: Acre, Amazonas, Tocantins, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Ceará Paraíba, Alagoas e Maranhão em média 0,61 a 0,65.

Nota-se um crescimento discreto do IDH renda do Estado Amazonas, no ano 2000, o estado tinha um índice de 0,60, e em 2010, passou para 0,67. Isto fez com que o estado apresentasse também uma evolução dentro do ranking deste componente, subindo da 18ª colocação em 2000 para a 13ª em 2010.

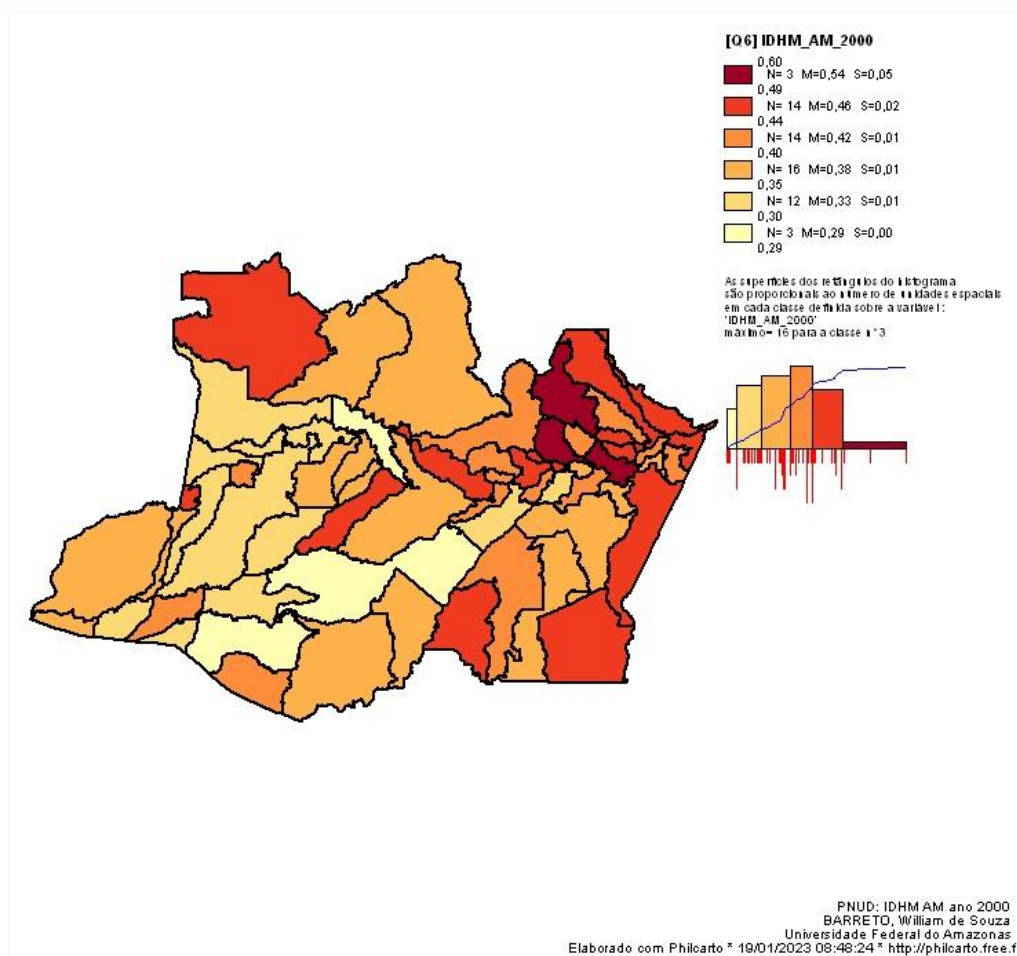
#### 4.2 ANÁLISE DO IDHM DOS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS NO ANO 2000-2010

Este tópico analisará o IDHM e suas variáveis Saúde, Educação, Renda dos municípios do Estado do Amazonas a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010, com destaque para município de Parintins.

O estado do Amazonas compõe os seguintes municípios: Alvarães, Amaturá, Anamã, Atalaia do Norte, Apuí, Anori, Autazes, Barcelos, Benjamin Constant, Beruri, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Codajás, Caapiranga, Canutama, Coari, Careiro, Careiro do Várzea, Carauari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Itamarati, Iranduba, Ipixuna, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutáí, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Marã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini, Urucará, Urucurituba.

Para tanto, utilizar-se o mapa da figura 12 e 13, que sintetiza a evolução do IDHM nos períodos correspondentes.

**Figura 12:** Análise do IDHM dos Municípios do Amazonas no ano 2000

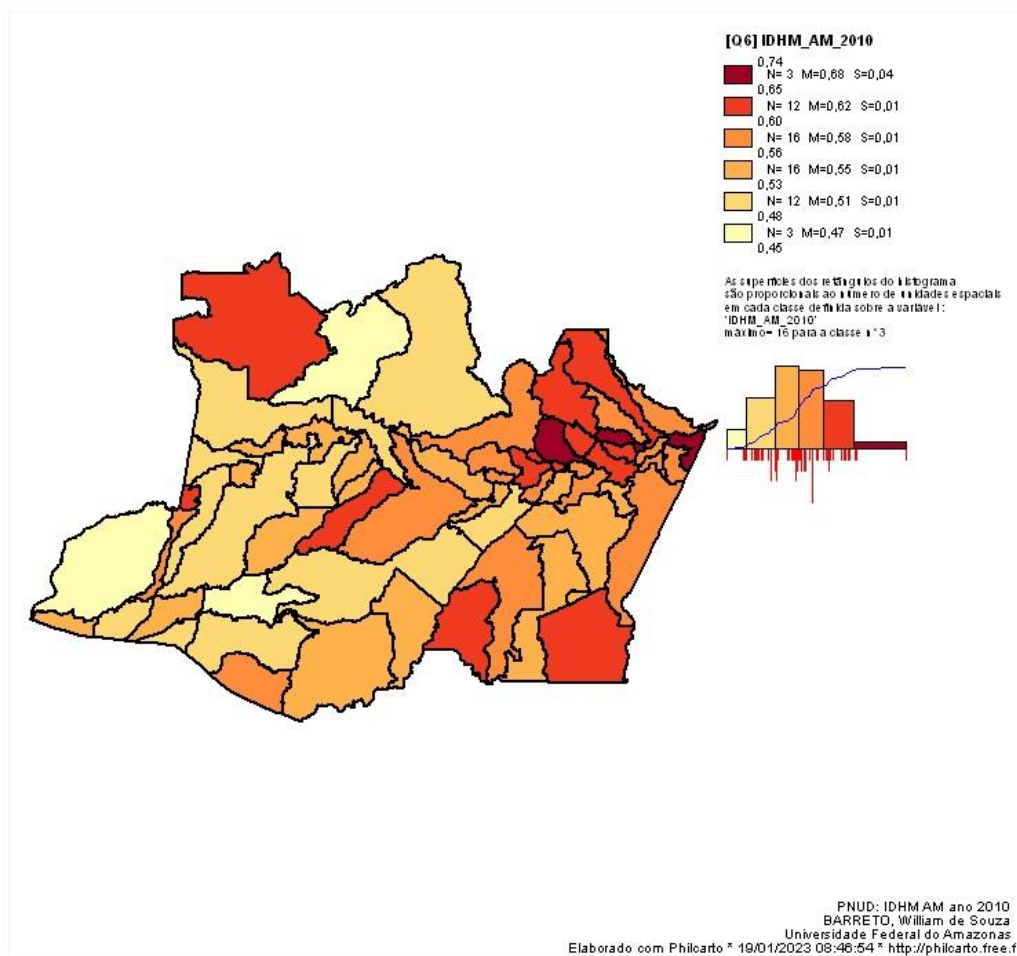


Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Verifica que os dados apresentados em 2000, não houve nenhum município que conseguiu atingir estágio de desenvolvimento alto ou muito alto. Nesse período, 3 localidades apresentam melhores IDHM são: Manaus, Itacoatiara, Presidente Figueiredo com média 0,49 a 0,60. Nesse ano, 61 dos municípios do Estado Amazonas eram classificados como desenvolvimento humano baixo ou muito baixo, apenas Manaus tinha um IDHM considerado médio, com índice 0,60.

Os piores índices registrados nesse período foi Pauini, Maraã, Tapauá com uma média 0,29, portanto, o município de Pauini foi considerado com menor índice com 0,28. Nota-se que município de Manaus obteve um melhor desenvolvimento com índice de médio IDHM, seguido por Presidente Figueiredo (0,53), Itacoatiara (0,49), Parintins (0,48), Silves (0,48), portanto, considerado índice de desenvolvimento muito baixo.

**Figura 13:** Análise do IDHM dos Municípios do Amazonas no ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

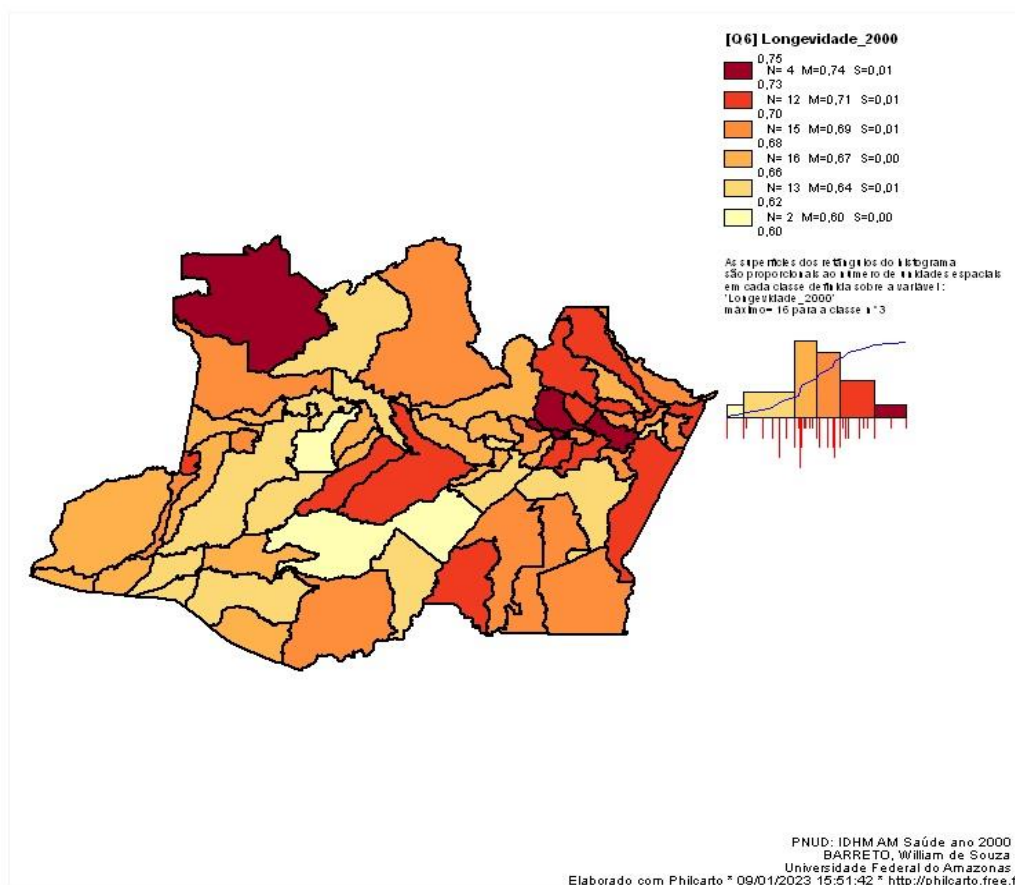
Em 2010, observa-se na figura 13, de forma explícita, um avanço no desenvolvimento em alguns municípios, pois, a escala dos dados é deslocada para valores mais elevados. Os municípios com maiores índices de desenvolvimento do estado foi Manaus (0,73), Parintins (0,65), e Itacoatiara (0,64) apontando um alto e médio desenvolvimento.

E os municípios com piores índices foi Atalaia do Norte (0,45), Itamarati (0,47), e Santa Isabel do Rio Negro (0,47), considerado na faixa de desenvolvimento muito baixo. Entre os considerados municípios do interior, Parintins foi o de maior IDHM, com índice de 0,65, enquanto Atalaia do Norte foi o menor com 0,450. Em comparação ao índice estadual apresentou crescimento significativo quando saltou de 0,51 em 2000 para 0,65 em 2010, sendo classificado com médio desenvolvimento.

#### 4.2.1 IDHM Saúde, IDHM Educação, IDHM Renda

Este tópico buscar analisar o IDHM Saúde, Educação, Renda dos municípios do Amazonas nos períodos citado anteriormente, com foco para o município de Parintins. Para isso utilizar-se os mapas da figura 14 e 15, que sintetiza a evolução do índice saúde a partir dos censos demográficos de 2000-2010.

**Figura 14:** Análise do IDHM Saúde dos municípios do Amazonas no ano 2000



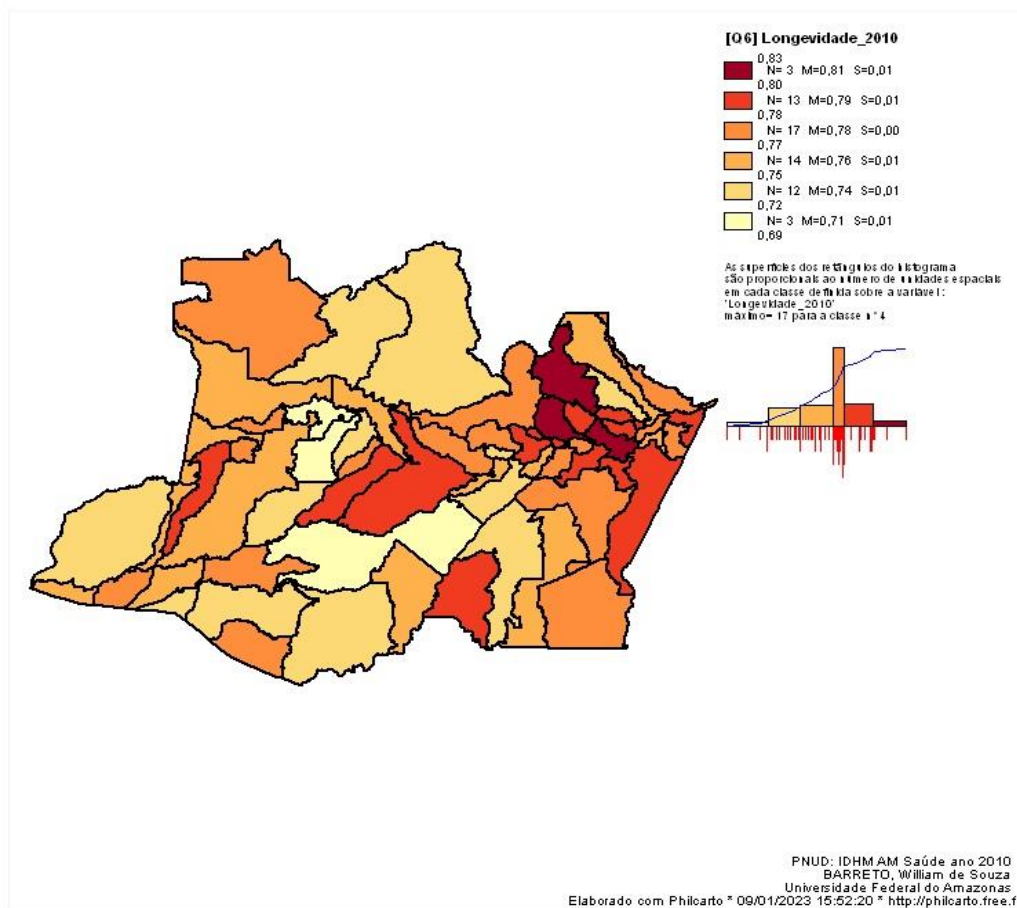
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2000, nota-se que os municípios com maiores índices IDHM saúde no estado do Amazonas foram: Itacoatiara, Manaus, Iranduba, São Gabriel da Cachoeira, com média 0,73 a 0,74. Seguido por Parintins, Coari, Tefé, Tabatinga, Canutama, Maués, Urucará, Presidente Figueiredo, Itapiranga, Rio Preto da Eva, Careiro e Autazes, com média 0,70 a 0,71, apontando um alto desenvolvimento. O município que se destaca com maior IDHM no ano de 2000 foi Iranduba com 0,75.

Nesse período, de todos os municípios amazonenses, nenhum município registrou um IDH muito alto na área da saúde, enquanto 46 municípios conseguiram alcançar um IDHM médio. Portanto, não havendo índice desenvolvimento humano baixo. Segundo a

classificação metodológica do IDHM, Parintins no ano de 2000 está entre os municípios com maiores índices em saúde 0,70.

**Figura 15:** Análise do IDHM Saúde dos municípios do Amazonas no ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

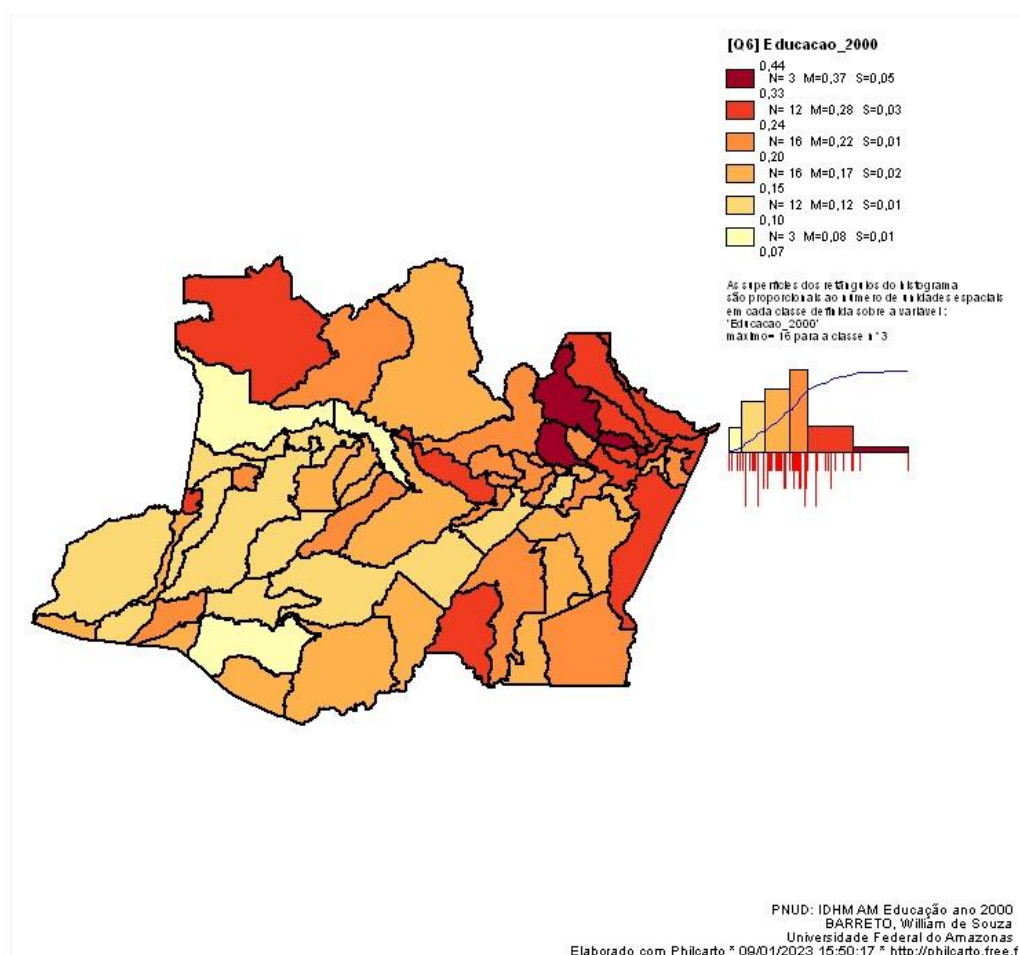
Observa-se no mapa da figura 15, em 2010, todos municípios tiveram elevado aumento nos seus índices na área de Saúde dessas populações. As localidades com maiores índices de IDHM Saúde do estado do Amazonas, estão 3 localidades que conseguiram atingir desenvolvimento muito alto, são: Manaus, Presidente Figueiredo, e Itacoatiara com uma média de 0,80 a 0,81.

Percebe-se de todos os municípios amazonenses, nenhum município registrou um IDH médio, pois, 59 municípios conseguiram alcançar um alto IDH. Portanto não havendo índice desenvolvimento humano baixo. Essa melhora deve-se pelo avanço na medicina e melhorias na saúde pública. Dentre eles, está a cidade de Parintins o segundo melhor classificado em 2010, ocupando a 249º, seguida por Itapiranga na 244º, Presidente Figueiredo em 211º, Itacoatiara 220º, Tefé 201º.



Ao comparar o IDHM saúde de Parintins em 2010 com os dados de 2000 constatar-se que o município se manteve na faixa de desenvolvimento alto com 0,70 e 0,79. Em relação ao índice estadual em 2000 e 2010, o IDHM saúde foi respectivamente 0,69 e 0,80. Uma vez que aumentou seu nível de desenvolvimento, de médio para muito alto. Ao se analisar ambos os índices tiveram o bom desempenho nessa categoria, isso indicar que as populações estão tendo acesso ao bom sistema de saúde. Os mapas da figura 16 e 17 apresentam a evolução do índice de Educação dos municípios do Estado do Amazonas nos anos de 2000 e 2010.

**Figura 16:** Análise do IDHM Educação dos municípios do Amazonas no ano 2000

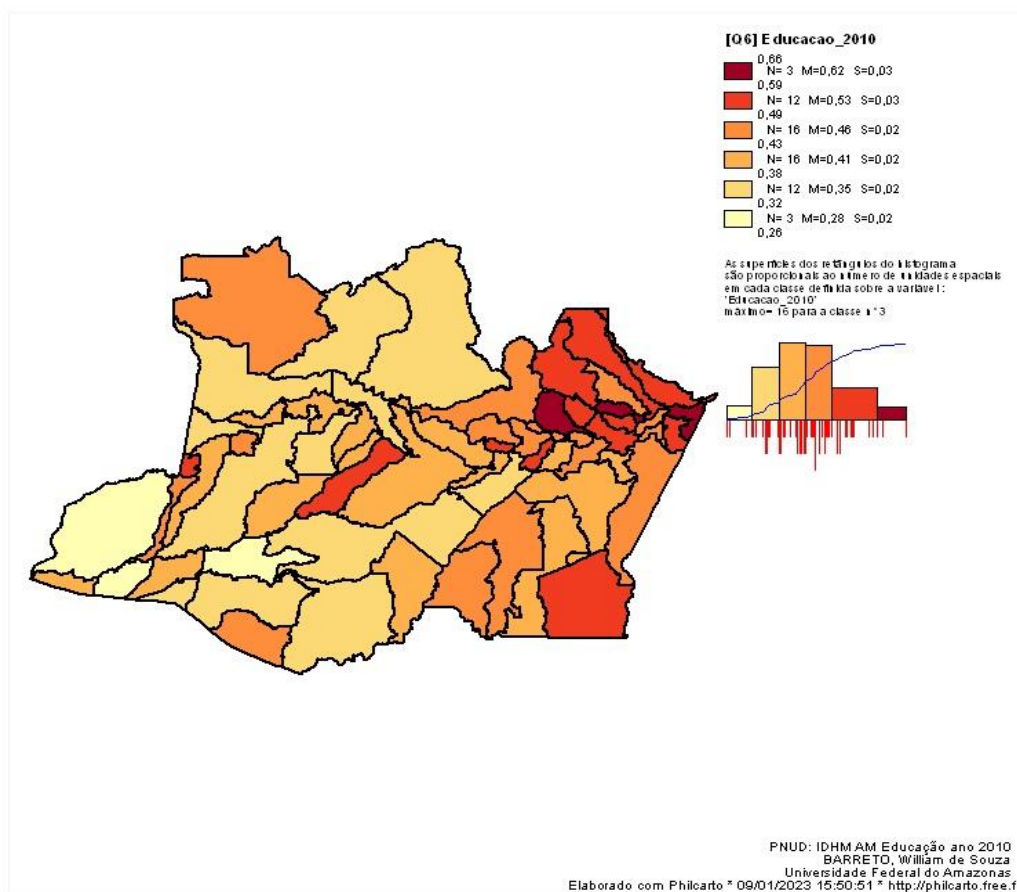


Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2000, de todos os 62 municípios amazonenses, nenhum município registrou um IDH muito alto, alto, médio na área da Educação. Portanto, havendo apenas índices desenvolvimento classificado como baixo ou muito baixo. Nesse período, 3 municípios com índices em média de 0,33 a 0,37 eles são: Presidente Figueiredo, Manaus, Itapiranga, em

seguida por 12 localidades com uma média de 0,24 a 0,28. Entre eles está Parintins, é o quarto classificado ranking estadual em 2000, ocupando a 322º com índice de 0.32. Os 3 municípios que tiveram os menores índices em uma média de 0,07 a 0,08 são eles: Japurá, Maraã, Pauini.

**Figura 17:** Análise do IDHM Educação dos municípios do Amazonas no ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

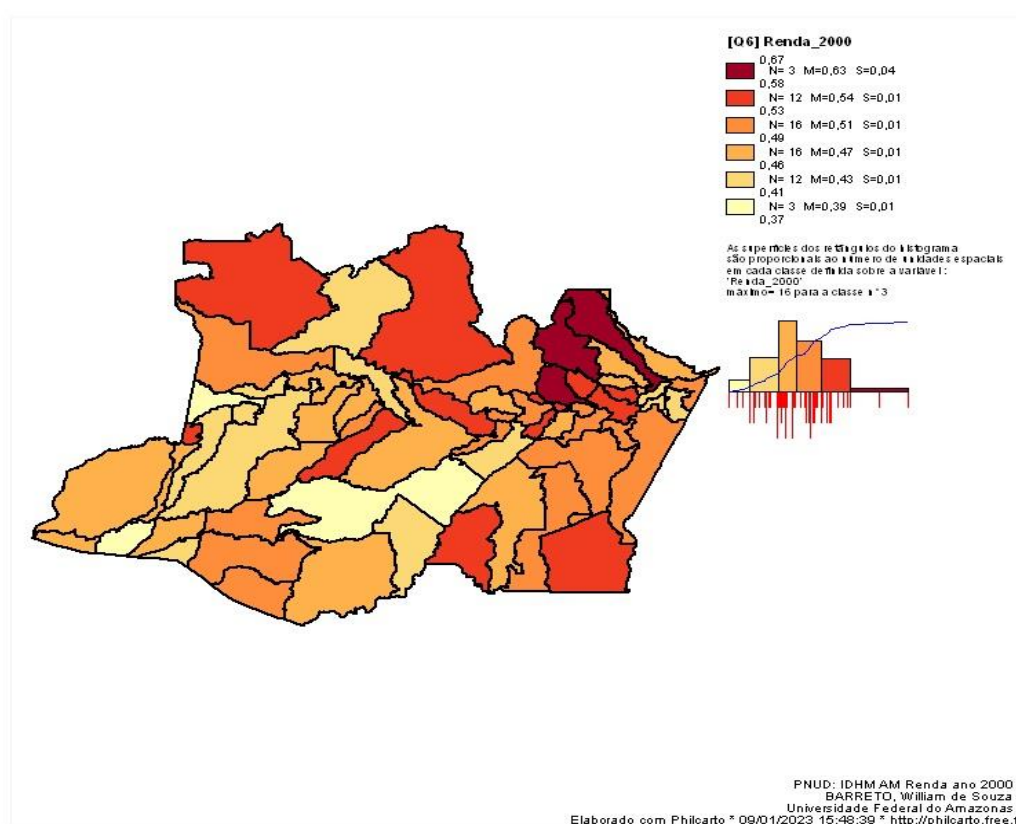
Nota-se que o IDHM Educação dos municípios do Amazonas cresceu em 2010, o que permitiu migração de 3 localidades que evoluíram do IDHM muito baixo para o médio, são eles: Manaus (0,65) Parintins (0,60), e Itapiranga (0,59). De acordo com o período destacado, 12 municípios permaneceram na faixa de desenvolvimento baixo, 47 localidades com nível de desenvolvimento muito baixo.

Os municípios com piores índices do IDHM em Educação são: Atalaia do Norte com (0,25) e Itamarati com (0,26). Entre os considerados dos municípios do interior, Parintins foi o que registrou maior IDHM Educação, com índice de 0,60.



Isso representa um avanço frente ao ano 2000, quando nenhum município foi considerado como tendo médio IDHM. Nesse ano, 62 municípios do Estado eram classificados com desenvolvimento humano Baixo ou Muito Baixo. Em 2010, esse número diminuiu para 59 localidades. Em 2010, entre os considerados municípios do interior, Parintins foi o de maior IDHM Educação, com índice de 0,60, enquanto Atalaia do Norte foi o menor com 0,25. Os mapas da figura 18 e 19 apresentam a evolução da dimensão Renda dos municípios do Estado do Amazonas a partir dos censos demográficos de 2000-2010.

**Figura 18:** Análise do IDHM Renda dos municípios do Amazonas no ano 2000



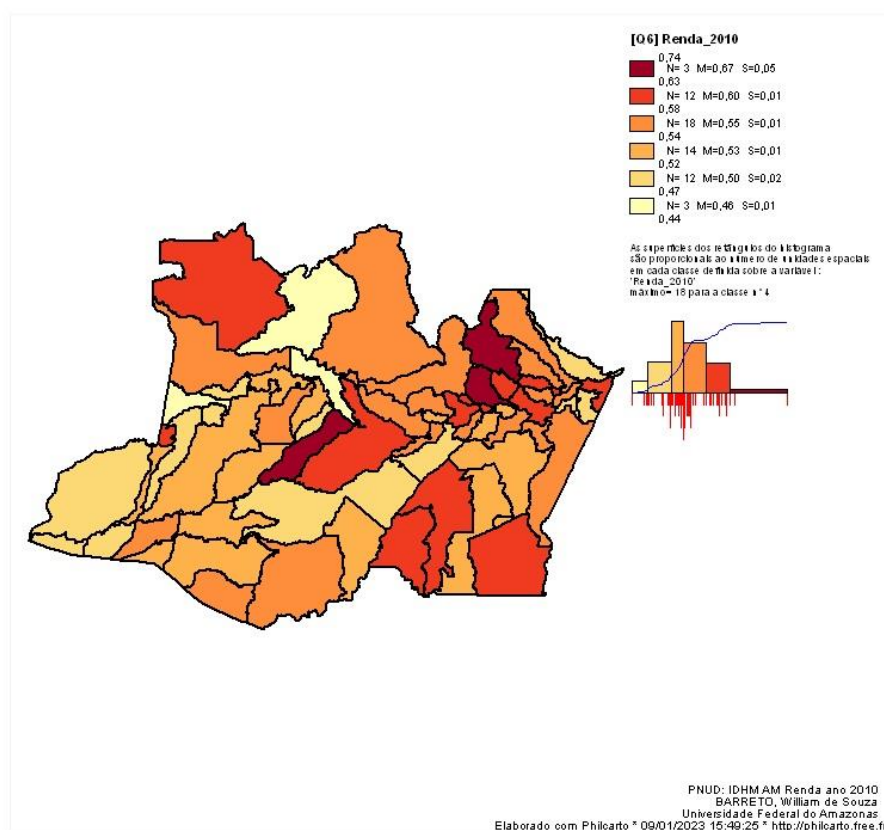
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2000, de todos os 62 municípios do Amazonas, nenhum município registrou um IDH muito alto, alto, no fator renda. Portanto, havendo apenas índices desenvolvimento humano classificado como médio, baixo e muito baixo.

Nesse período, 3 municípios com índice em média de 0,58 a 0,67 considerado médio IDH, eles são: Presidente Figueiredo, Manaus, Urucará. E 56 localidades com uma média de 0,37 a 0,58. Entre eles está Parintins, de acordo com Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) é o quarto melhor classificado no ranking de 2000 no fator

renda, ocupando a 158º com 0,50. Portanto, o primeiro no classificado ranking é Manaus em 136º, depois Presidente Figueiredo 142º, Itacoatiara 122º. Os três municípios que tiveram os menores índices em uma média de 0,37 a 0,39 são eles: Tapauá, Ipixuna, Santo Antônio do Içá.

**Figura 19:** Análise do IDHM Renda dos municípios do Amazonas no ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2010, concluir-se que no IDHM Renda teve deslocamento de municípios, o que permitiu migração de uma localidade evoluindo do baixo para o médio desenvolvimento, conforme classificação metodológica do indicador, foi município de Tefé (0,63) está entre os melhores índices juntamente com Manaus (0,73), Presidente Figueiredo (0,62) com média aproximada de 0,63 a 0,74. Conforme período destacado, 59 municípios se encaixam na faixa dos classificados como desenvolvimento baixo ou muito baixo, e o município com pior índice do IDHM renda é Santo Antônio do Içá, com (0,43) apresentou o resultado mais baixo nessa categoria.

O IDHM em Renda do Estado nesse período apresentou apenas 3 municípios entre os 62 com um médio IDHM, que foi as cidades de Manaus, Tefé, Presidente Figueiredo. Identificar-se que houve um avanço do município de Tefé conseguindo atingir médio IDHM, portanto, ficando no lugar de Urucará. Entre ambos os anos, 59 municípios do Estado manterão classificados com desenvolvimento humano Baixo ou Muito Baixo. Em 2010, entre os considerados municípios do interior, Tefé se destaca na dimensão Renda, com 0,63.

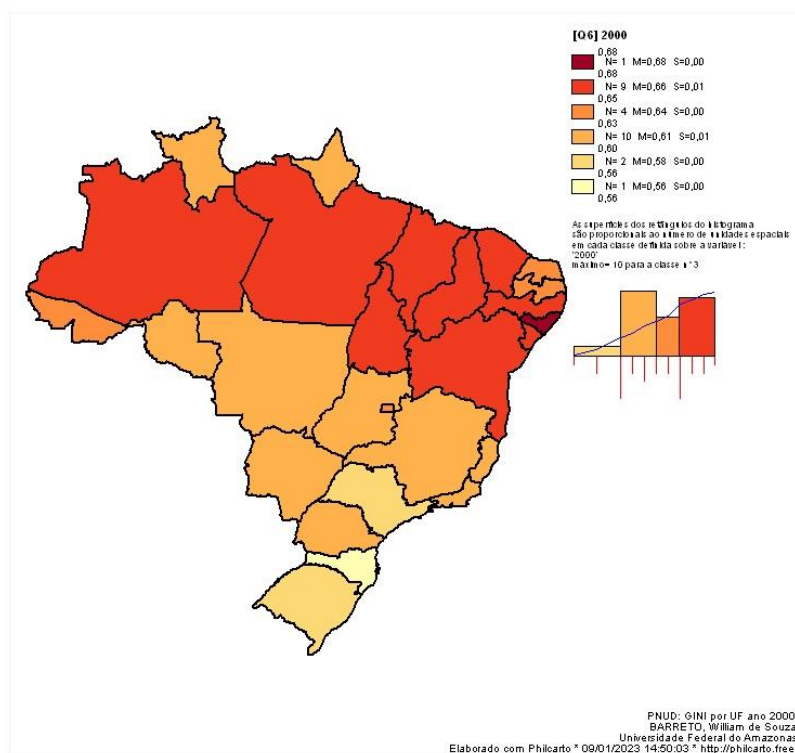
#### 4.3 ANÁLISE DO ÍNDICE DE GINI NO ANO 2000-2010

Neste tópico tem como objetivo analisar o coeficiente de Gini das unidades federativas do Brasil, com destaque para o estado do Amazonas. A seguir também foi analisado índice de Gini dos municípios do Amazonas, com foco para o município de Parintins, com base nos censos demográficos de 2000-2010.

##### **4.3.1 Índice de Gini dos Estados Brasileiros**

Como já destacado anteriormente, o Coeficiente de Gini é um instrumento utilizado para medir desigualdade de renda. Portanto, seu índice varia de 0 a 1, quanto mais perto de 0 menor a desigualdade, ou seja, quanto mais perto de 1, maior a desigualdade de distribuição de renda. É importante ressaltar que os números apresentados pelo índice de Gini não podem ser lidos da mesma forma que do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os mapas da figura 20 e 21 mostram a evolução do Índice de Gini das unidades federativas do Brasil nos anos de 2000-2010.

**Figura 20:** Análise do índice de Gini dos Estados brasileiros no ano 2000



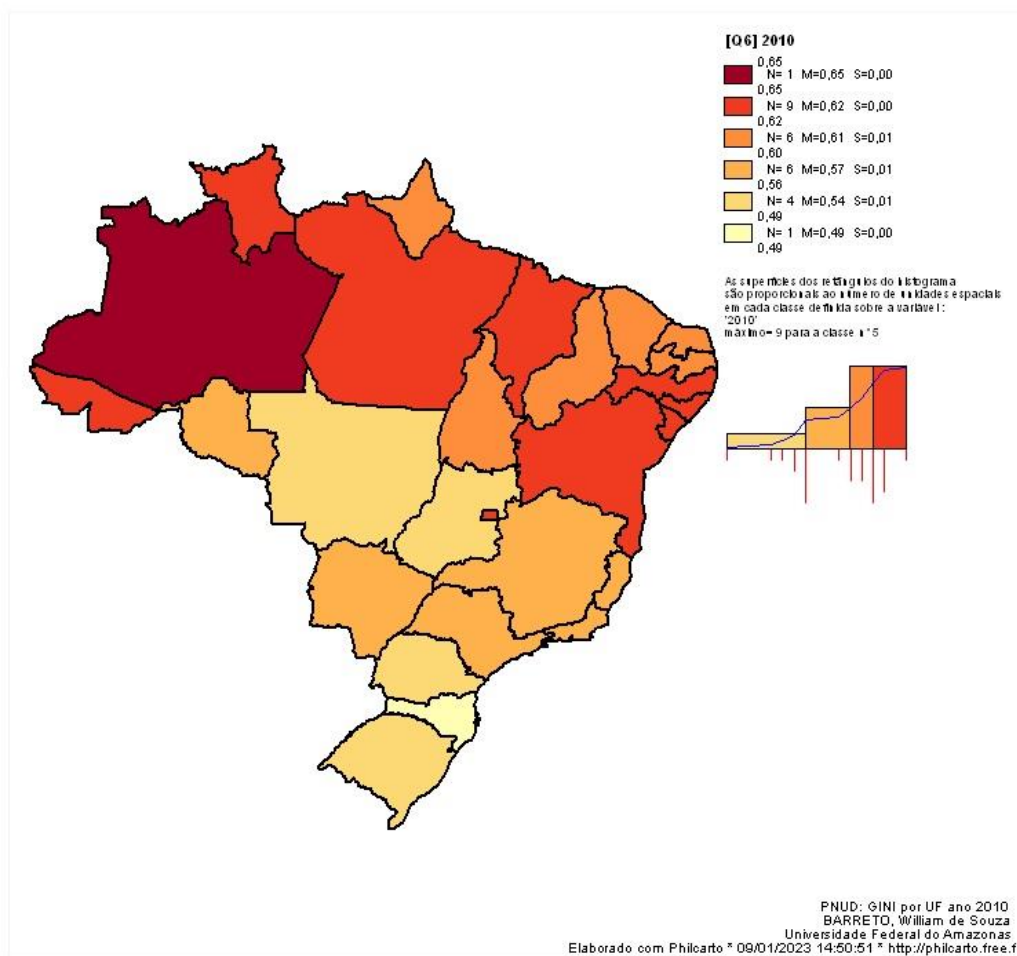
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Como pode-se observar, o Estado de Alagoas aparece com a maior desigualdade de renda com 0,68, seguido por 9 estados, tais como: Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe com média 0,65 a 0,68.

Vale destacar teve 16 estados que apresentaram números elevados de desigualdade renda. Nota-se que estes estados estão mais próximo de 1, logo, são considerados com uma maior concentração de renda. Com esse resultado, o Amazonas fica atrás apenas do índice registrado pelo estado de Alagoas (0,68).

O índice de Gini no Amazonas nesse período foi 0,67, considerado o segundo estado com maior desigualdade de distribuição de renda. Os estados com menores desigualdades de renda está: Rio grande do Sul, São Paulo, e por último, Santa Catarina com índice de Gini 0,56. Constatar-se que esses estados estão mais perto de 0, portanto, menor a concentração de renda entre os cidadãos dessas populações.

**Figura 21:** Análise do índice de Gini dos Estados Brasileiros no ano 2010



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2010, pode-se observar o Estado do Amazonas aparece com maior desigualdade de distribuição de renda com índice 0,65, seguido por 9 estados, são: Acre, Roraima, Pará, Maranhão, Bahia, Alagoas, Pernambuco, e Distrito federal em média 0,62. Vale destacar teve ainda 12 estados apresentaram menor concentração de renda com variação de 0,56 a 0,61. Constatar-se que estes estados estão mais perto de 1, logo, são considerados desiguais em relação a distribuição de renda.

Portanto, os estados com menores desigualdades de renda está: Santa Catarina 0,49, seguido, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Rio grande do Sul com uma média de 0,49 a 0,54. O estado de Santa Catarina evoluiu positivamente, uma vez que representa uma redução de concentração de renda. Nota-se que esses estados estão mais perto de 0, portanto, menor a desigualdade de renda entre os indivíduos desses estados.

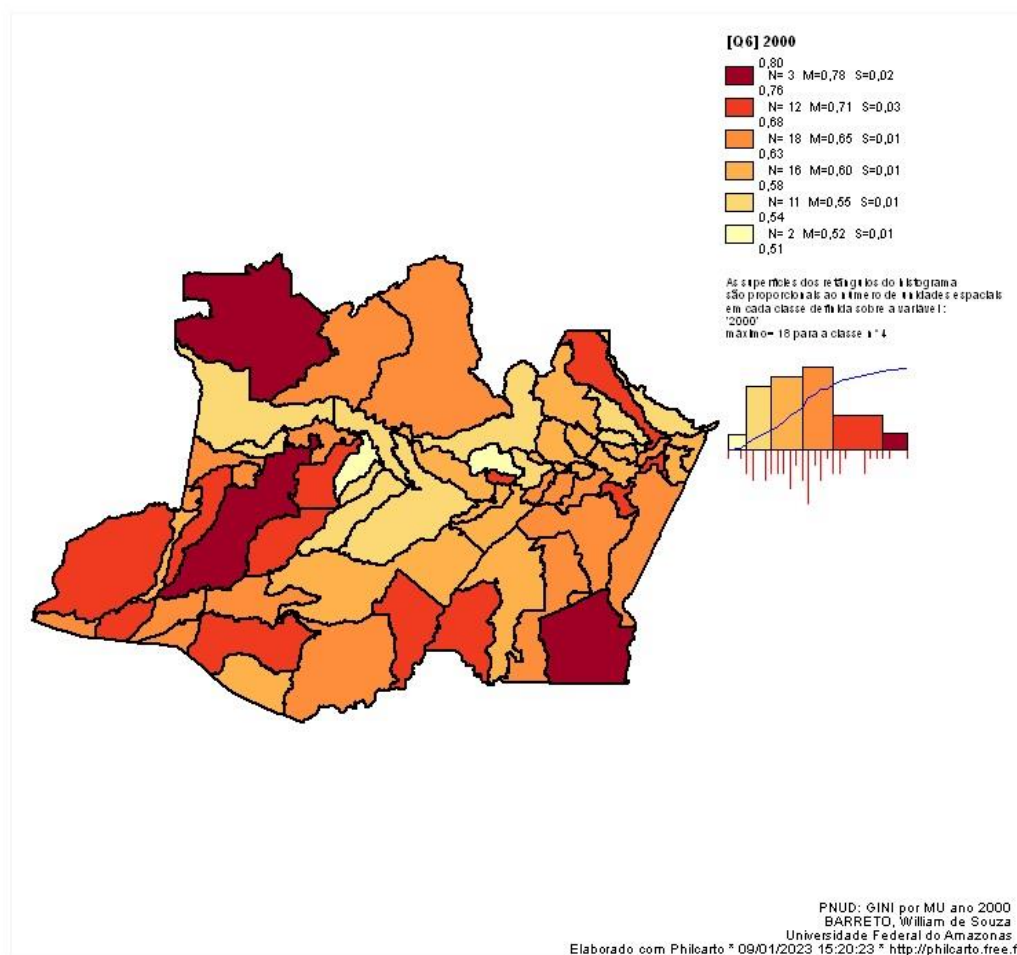
Em relação ao Amazonas teve o pior desempenho nesse período em termos de concentração de renda, ou seja, possui o índice de Gini mais elevado entre os outros estados

brasileiros. Evidentemente também se encontra acima do índice Gini nacional. O estado de Santa Catarina se destaca não só pela baixa concentração de renda, mas principalmente por manter o menor nível de desigualdade de renda de todos os estados brasileiros.

### 4.3.2 Índice de Gini dos Municípios do Amazonas

Este tópico analisará o Índice de Gini dos municípios do Estado do Amazonas a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010, com destaque para município de Parintins. Para tanto, utilizar-se os mapas da figura 22 e 23, que sintetiza a evolução do Índice de Gini nos períodos correspondentes.

**Figura 22:** Análise do índice de Gini dos Municípios do Amazonas no ano 2000.



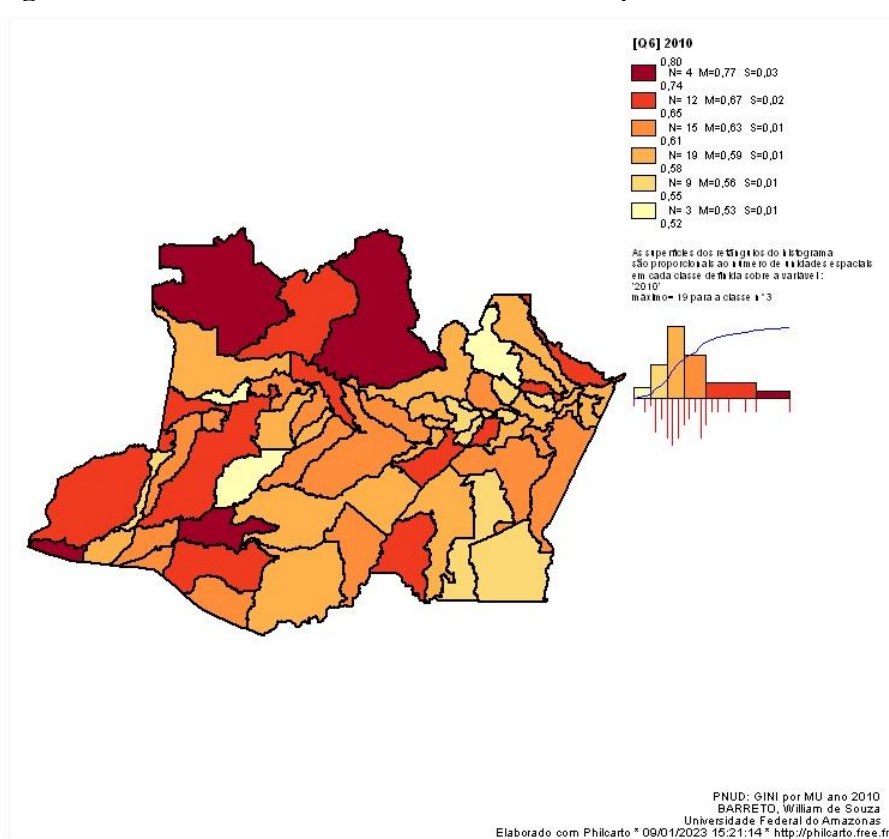
Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Nota-se que os municípios com maior desigualdade de distribuição de renda no Índice de Gini em média 0,76 a 0,80, são eles: Jutai, Apuí, São Gabriel da Cachoeira.

Verifica que estes municípios estão mais próximo de 1, logo, são considerados desiguais em relação a distribuição de renda.

Em relação a Parintins está entre os 60 municípios mais desiguais do Estado do Amazonas, seu índice Gini foi 0,61. Nesse período, 2 estados aparecem com menor desigualdade de renda são eles: Uarini (0,51), Caapiranga (0,53). Notar-se que essas localidades estão mais perto de 0, portanto, menor a concentração de renda entre os cidadãos dessas populações.

**Figura 23:** Análise do índice de Gini dos municípios do Amazonas no ano 2010.



Fonte: Elaboração pela Autora (2023).

Em 2010, pode-se observar que os municípios São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Guajará, Itamarati aparecem com maior desigualdade de distribuição de renda com índice em média 0,70 a 0,80. Seguido por 46 localidades com uma média de 0,58 a 0,67. Notar-se que estes municípios estão mais perto de 1, portanto, a concentração de renda é maior.

Os municípios menos desiguais está Presidente Figueiredo, Carauari, Tonantins com Índice de Gini em média 0,52 a 0,53. Portanto, o município de Presidente Figueiredo

evoluiu positivamente, uma vez que representa a redução de concentração de renda, mantendo o menor nível de desigualdade de renda comparado aos outros municípios do Amazonas. Percebe-se que essas localidades estão mais próximo de 0, portanto, a concentração de renda é maior entre os cidadãos dessas populações.

Vale destacar que Parintins de 2000 para 2010 conseguiu avançar de 0,61 para 0,59, tornando a renda dos residentes do município menos concentrada. Em comparação, o índice de Gini do Amazonas em 2000 foi 0,67, considerado o segundo estado com maior desigualdade de distribuição de renda. Em 2010, seu desempenho piorou em termos de desigualdade de renda, ou seja, possui o índice de Gini mais elevado entre os outros estados brasileiros.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender o desenvolvimento do município de Parintins-AM, a partir da evolução dos indicadores socioeconômicos com base nos censos demográficos de 2000 e 2010. Os indicadores socioeconômicos escolhidos em questão foram: índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o índice de Gini. Esses indicadores foram analisados por meio do Programa Philcarto, que proporcionou a construção de mapas temáticos com base nos dados coletados do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) para a execução do estudo.

O trabalho tratou de diferentes perspectivas de desenvolvimento para adentrar na discussão sobre qualidade de vida. A caracterização do município de Parintins possibilitou delimitar e compreender a área geográfica abrangida pelo estudo. A representação gráfica da evolução dos indicadores socioeconômicos e a respectiva análise completaram o ciclo que precisava para compreender as condições de vida dos residentes de Parintins nos dois últimos anos dos censos demográficos.

Assim, para elucidar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se o problema da pesquisa que consiste: ocorreu alguma mudança no desenvolvimento do município de Parintins/AM a partir dos indicadores socioeconômicos dos censos demográficos de 2000 e 2010?

Portanto, a representação gráfica dos dados permitiu avaliar se houve ou não uma melhora nas condições de vida da população de Parintins nos períodos correspondentes. Os indicadores demonstram claramente que houve uma evolução significativa de 2000 para 2010, principalmente no IDHM e nas suas dimensões, em caso, superando o respectivo índice estadual. Este cenário de crescimento fez com que Parintins migrasse dos níveis de desenvolvimento muito baixo para os níveis considerado na escala do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio e alto pela metodologia de cada indicador.

Situação parecida se encontra na avaliação dos componentes do IDHM: Saúde, Educação e Renda. A seguir se analisa sucintamente cada um deles:

### a) Saúde (Longevidade)

Ao comparar o IDHM Saúde do município de Parintins em 2010 com os dados de 2000, verifica que se manteve na faixa de desenvolvimento alto com 0,70 e 0,79. Em comparação ao Estado do Amazonas nos anos correspondentes, o IDHM saúde foi respectivamente 0,69 e 0,80. Portanto, no período de 2000 o índice municipal passar à frente do estadual no IDHM Longevidade, que avalia a esperança de vida das pessoas ao nascer.

### b) Educação

Na área da educação, em 2010, entre os considerados municípios do interior, Parintins foi o de maior IDHM em Educação, com índice de 0,60 indicando um bom desempenho. Além disso, o município permaneceu na frente do Estado do Amazonas em 2000 e 2010, o estado registrou, respectivamente, 0,32 e 0,56. É importante ressaltar que o IDHM do Estado do Amazonas no período de 2010 apresentou apenas 3 municípios entre os 62 com um IDHM considerado médio, que foi a cidade de Manaus (0,65), Parintins (0,60), Itapiranga (0,59). Isso representa um avanço frente ao ano 2000, quando nenhum município foi considerado como tendo IDH médio. Nesse ano, 62 municípios do Estado eram classificados como de desenvolvimento humano Baixo ou Muito Baixo.

#### c) Renda

Em relação ao indicador de renda inclui a renda per capita, isto é, a capacidade de aquisição de bens e serviços, no entanto, pode ser considerada uma dimensão mais frágil do IDHM, por causa que ele não é possível medir a desigualdade de renda do município. O município de Parintins em 2000 e 2010 registrou IDHM em renda, respectivamente 0,50 e 0,58, portanto, inferior do estado, nesses períodos, o Amazonas registrou médio desenvolvimento com 0,60 e 0,67. Neste indicador o município teve um fraco desempenho, e não conseguiu atingir o médio desenvolvimento, isto garantiu que o índice estadual continuasse superior ao índice municipal na metodologia do fator renda.

Como já mencionado, Coeficiente de Gini foi uma exceção à regra. Este indicador, que mede a desigualdade de renda, mostrou que o município de Parintins teve uma leve melhora em seus números de 2000 para 2010 registrado com índices de 0,61 a 0,59. Porém, comparado com Estado que em 2000 registrou o segundo pior índice de Gini, e em 2010 ocupou a primeira posição, portanto, considerado o Estado com maior desigualdade na distribuição de renda. Contudo, observar-se que a desigualdade renda ainda é muito expressiva no município de Parintins, e principalmente, no estado do Amazonas. Ainda que se tenha percebido uma relativa melhora no índice de Gini em Parintins, porém, ainda não é suficiente para se tornar um município mais igualitário em relação a distribuição de renda.

Conclui-se que apesar dos problemas ainda existentes, no geral o município de Parintins se mantém em desenvolvimento, pois, sua evolução foi positiva em relação aos indicadores analisados, em caso, ultrapassando índice estadual. Apesar de apresentar melhoras, pode-se dizer que foram atendidas as necessidades básicas para que a percepção de boa qualidade de vida fosse maior no ano 2010 do que em 2000.

Para tanto, este estudo não se aprofundou em alguns indicadores relevantes ao tema, como emprego, a segurança, saneamento e domicílios. No entanto, não há dúvida que os

indicadores analisados estão diretamente envolvidos na percepção da qualidade de vida, o que possibilitar fazer uma leitura da sua evolução nos períodos destacados.

Por fim, sugere-se para pesquisas futuras, estudos com uma amostra maior de indicadores, principalmente, nos campos funcionais das sub-regiões referente ao desenvolvimento socioeconômico, no intuito de contribuir para uma explicação mais aprofundada do tema e promover informações para os tomadores de decisões das políticas públicas no desenvolvimento regional e trazendo condições de vida mais digna para população local.

## REFERÊNCIA

ALMEIDA, J. P. **Desenvolvimento (in)sustentável?** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, p.12-17, 2010.

ATLAS SOCIOECONÔMICO. Governo do Estado Rio Grande do Sul 2022. **Indicadores Sociais**. Porto alegre: RS. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2015. **Índice de desenvolvimento municipal IDHM Metodologia**. PNUD, Ipea, FJP. 2015

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**: série atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD, Ipea, FJP.

ALVES, Dagoberto. **Um estudo sobre ações municipais em direção ao desenvolvimento sustentável por meio da análise dos oito objetivos do milênio**: os casos de Ibitinga e São Carlos. Programa de mestrado em desenvolvimento regional e meio ambiente. Araraquara, 2008.

ANDRADE, Leticia Cunha. **A redução da pobreza e da fome no Brasil no âmbito dos ODS**: interações entre o global, o nacional e o subnacional. Universidade de Brasília Instituto de relações Internacionais. Brasília, 2013.

ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caracterização dos municípios desenvolvimento social, econômico e contexto demográfico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 69-86.

BARDEN, Julia Elisabete. **Indicador Social do Rio Grande do Sul**: uma análise a partir da abordagem das capacitações. Faculdade de ciências econômicas, programa de pós-graduação economia. Porto alegre: RS, 2009.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: Dimensões e desafios. 3 ed. Campinas - SP: Papyrus, 2003.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016.

DALPIAZ, Renata Machado Garcia; PEREIRA, Leandro Ramos; MALASSISE, Regina Lucia Sanches. **Teorias do crescimento econômico**. Londrina: Editora Distribuidora internacional S.A., 2016.

DORSA, Antônio Carlos Cantero. **Desenvolvimento humano, econômico e eficiência regional**: evidências empíricas para a região centro-oeste do Brasil. Programa de pós-graduação em desenvolvimento local mestrado acadêmico campo grande. Campo Grande: MS, 2019.

FERNANDES, Inês Gomes. **Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: uma comparação internacional.** Universidade do Minho, escola de economia e gestão. Jun., 2019.

FERENTZ, Larissa Maria da Silva. **Análise da felicidade interna bruta: estudo do piloto na cidade Curitiba/Paraná. Revista Eletrônica do Programa de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Contestado.** Curitiba: PR, v. 8, n. 1, p. 164-181, jan./jun. 2018.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 5 ed. Rio de Janeiro: contraponto: Centro Internacional Celso Furtado. 2004.

FRANCA, Rafael Rodrigues da.; Ribeiro, A. F. A.; Lima, J. H. **Software Philcarto: uma ferramenta para o uso da linguagem cartográfica digital na escola.** Aracaju, 2010.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Manual de utilização do programa Philcarto.** Autor do Programa Philcarto: Philippe Waniez, 2007.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Objetivos de desenvolvimento do milênio e s novas expectativas do desenvolvimento sustentável pela organização das nações unidas. **Revista da faculdade de direito UFRGS,** Porto alegre, vol. Esp., n 35, p.192-206, dez., 2016.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; JR. R.T. **Economia Brasileira Contemporânea.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/explica/pib.php/>>. Acesso: 16 nov. 2022.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[https://www .ibge.gov.br/cidades-estados/amgrau/parintins.html](https://www.ibge.gov.br/cidades-estados/amgrau/parintins.html)>. Acesso: 16/11/2022

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA 2004. O que é índice de Gini?2004.Disponível:<[https://www.ipea.go.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.go.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28)>. Acesso em: 28 nov. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA 2018. **Agenda 2030.** ODS - metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em:<[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda\\_2030\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2022.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA DE ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ 2015. **Entendendo o índice de Gini.** Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo\\_Indice\\_GINI.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Entendendo_Indice_GINI.pdf)>. Acesso em: 28 nov.2022

JOCHER, Charles; PELLIN, Valdinho. Felicidade Interna Bruta (FIB) e desenvolvimento econômico: uma análise no município de Rio do Sul (SC), Sul do Brasil. **Revista Observatório de la Economía Latino-americana,** 2019.

KETZER, Adelar. **Um estudo sobre a evolução de indicadores de qualidade de vida da população de Ijuí/RS no período 2000-2010**. Curso de ciências econômicas da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: RS, 2013.

LEMOS, Verena Cansanção da Silva. **Festival folclórico de Parintins**. Centro universitário de Brasília faculdade de ciências sociais e aplicadas-FASA. Brasília: DF, 2005.

LONE, Claudia Serrato; CORCÓVIA, Josilaine Amancio. A utilização do software philcarto para análise de evolução de IDH Educação da região metropolitana de Londrina. **Revista Percursos: NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 133- 144, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do milênio**. Nova Iorque: Resolução A/RES/55/2, 6-8 de set., 2000.

BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão 24 fev. 2007.

PARINTINS, Prefeitura Municipal de. **Plano municipal de saneamento básico e gestão integrada de resíduos de sólidos de Parintins (2017)**. Parintins: AM, 2019.

PARINTINS, Municipal de. **Conheça Parintins**. 2021. Disponível em: <<https://parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-103826-conheca-parintins>>. Acesso: 03 nov. 2022.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [s.d]. Disponível:<<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCARPIN, Jorge Eduardo; SLOMSK, Valmor. **Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Rio de Janeiro: RAP, p. 909-933, set./out. 2006.

SÁNCHEZ - Hechavarría, Miguel Enrique, et al. **Introdução da Aplicação do Coeficiente de Gini ao Espectro de Variabilidade da Frequência Cardíaca para Avaliação do Estresse Mental**. Chile, p.725-733, 2019.

SEBRAE. **Perfil das Cidades Amazonenses (Parintins)**. Manaus, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo, Companhia de Letras, 2010.

SILVA, Samanta Cristina da. **Objetivos do desenvolvimento do milênio**: uma revisão sistemática da literatura sobre teses e dissertações no Brasil. Lavras/MG, 2018.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai./ago., 2012.

WENTROBA, Jaíne Cristiane; BOTELHO, Louise de Lira Roedel. A teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e o direito a educação. **Revista orbis latina**, vol. 11, n. 2, jun./dez. 2021.